



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIANA DOS SANTOS MENEZES

REDES E SUSTENTABILIDADE:

RELAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DO FINANCIADOR NA
CANDIDATURA E APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE
FLEXIBILIZAÇÃO DOS FITOSSANITÁRIOS NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS

LONDRINA
2020

JULIANA DOS SANTOS MENEZES

REDES E SUSTENTABILIDADE:

RELAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DO FINANCIADOR NA
CANDIDATURA E APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE
FLEXIBILIZAÇÃO DOS FITOSSANITÁRIOS NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Fabiano Amâncio Vieira.

LONDRINA - PR
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Menezes, Juliana dos Santos.

Redes e sustentabilidade : relação entre a atividade do financiador na candidatura e aprovação do projeto de lei de flexibilização dos fitossanitários na câmara dos deputados / Juliana dos Santos Menezes. - Londrina, 2020. 98 f. : il.

Orientador: Saulo Fabiano Amâncio Vieira.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Administração - Tese. 2. Sustentabilidade - Tese. 3. Análise de redes sociais - Tese. 4. Lei de Flexibilização dos Fitossanitários - Tese. I. Vieira, Saulo Fabiano Amâncio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

JULIANA DOS SANTOS MENEZES

REDES E SUSTENTABILIDADE:
RELAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DO FINANCIADOR NA
CANDIDATURA E APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE
FLEXIBILIZAÇÃO DOS FITOSSANITÁRIOS NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Saulo Fabiano Amâncio Vieira
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Luciano Munck
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes
Universidade Federal da Grande Dourados

Londrina, 18 de dezembro de 2020.

MENEZES, Juliana dos Santos. **Redes e Sustentabilidade: relação entre a atividade do financiador na candidatura e aprovação do projeto de Lei de Flexibilização dos Fitossanitários na Câmara dos Deputados.** 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A erradicação da fome é um problema identificado a muito pela ONU, que diante da passividade à nível mundial para fornecer alimentos em quantidade e qualidade traçou este objetivo. A atividade legislativa relacionada à erradicação da fome no Brasil é realizada com efetividade com a implementação do programa Fome Zero, atualmente ampliado para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), em que ações com enfoque transversal articulam a produção, comercialização, abastecimento, acesso e perfis de consumo aos alimentos. E nesta perspectiva a Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89) em vigor não atenderia as diretrizes do Sisan. A Lei de Agrotóxicos deu origem a uma série de estudos que se dedicaram mais aos efeitos dos agrotóxicos na saúde humana, também com relação ao uso excessivo dos agrotóxicos assim relação à segurança ou insegurança alimentar a partir do uso de agrotóxicos. A Organização Mundial do Comércio propõe a segurança alimentar como um princípio, com garantias a todo cidadão de ter acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente em todas as fases da sua vida. Para a realização desta pesquisa, buscou-se investigar os laços existentes entre os Deputados Federais pertencentes a Comissão Especial que aprovou o Projeto de Lei de Flexibilização dos Fitossanitários e seus financiadores. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de finalidade descritiva, auxiliada pela pesquisa documental. Foi utilizado o programa Ucinet para análise dos laços para identificar características em momentos distintos de relações. O principal achado desta pesquisa é evidenciar estes laços, a alertar quanto a fragilidade da sustentabilidade ambiental evidenciada na Flexibilização dos Fitossanitários, o problema da fome, requer um estudo de logística e distribuição de renda, e não de produção de alimentos, ao menos no território brasileiro. A estratégia de seguir o dinheiro que financia os deputados, permite identificar os financiadores e suas atividades econômicas. Estas doações definem não somente a agenda legislativa. Os laços existentes são fortes, possuem reciprocidade entre o doador e o deputado financiado, e demonstram a fragilidade da oposição, a dificuldade em unir recursos e esforços para vetar e aprovar projetos de Lei voltados para a sustentabilidade.

Palavras-chave:Sustentabilidade. Redes. Laços. Lei de Flexibilização dos Fitossanitários. Análise de Redes Sociais.

MENEZES, Juliana dos Santos. **Relationship between the activity of the financier in the candidacy and approval of the Flexibility of Phytosanitary Law Project in the House of Representatives.** 2020. 95 p. Dissertation (Master's Degree Dissertation) – State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The eradication of hunger is a long issue identified by the UN, which in view of the passivity at the global level to supply food in quantity and quality has outlined this objective. Legislative activity related to the eradication of hunger in Brazil is effectively realized with the implementation of the Fome Zero program, currently extended to the National System of Food and Nutritional Security (Sisan), in which actions with a transversal focus articulate production, commercialization, supply, access and consumption profiles to food. In this perspective, the current Pesticides Law (Law No. 7,802 / 89) would not comply with Sisan guidelines. The Pesticides Law gave rise to a series of studies that were more dedicated to the effects of pesticides on human health, also in relation to the overuse of pesticides as well as to safety or food insecurity from the use of pesticides. The World Trade Organization proposes food security as a principle, with guarantees for every citizen to have access to quality food in sufficient quantity at all stages of their life. In order to carry out this research, we sought to investigate the existing links between Federal Representatives belonging to the Special Commission that approved the Flexibility of Phytosanitary Law Project and its financiers. It is a quantitative, descriptive research, aided by documentary research. The Ucinet program was used to analyze the bonds to identify characteristics at different moments of relationships. The main finding of this research is to highlight these ties, to warn about the fragility of environmental sustainability evidenced in the Flexibility of Phytosanitary Products, the hunger issue, requires a study of logistics and income distribution, and not of food production, at least in the Brazilian territory. The strategy of following the money amount that finances the deputies, allows to identify the financiers and their economic activities. These donations define not only the legislative agenda. The existing ties are strong, have reciprocity between the donor and the financed deputy, and demonstrate the fragility of the opposition, the difficulty in pooling resources and efforts to veto and approve bills for sustainability.

Keywords: Sustainability. Networks. Bonds. Flexibility of Phytosanitary Law Project. Social Network analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Relação da Agenda ONU e dimensões de Sachs	27
Figura 2 –	Grafo de interação entre os deputados	57
Figura 3 –	Grafo representativo de intensidade e reciprocidade entre deputados e financiadores	60
Figura 4 –	Grafo representativo das interações onde há mais de investimento financeiro entre os atores	61
Figura 5 –	Grafo de reciprocidade de informações e financiamentos	64
Figura 6 –	Grafo de posição dos atores e as doações recebidas	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Participação dos estados por voto no processo legislativo	49
Gráfico 2	– Número de deputados por estado na Comissão Especial.....	49
Gráfico 3	– Porcentagem de votos por posicionamento (favorável ou contra).....	50
Gráfico 4	– Distribuição de doações entre os votos favoráveis em 2014	50
Gráfico 5	– Distribuição de doações entre os votos favoráveis em 2014	51
Gráfico 6	– Distribuição de doações recebidas pelos partidos nos períodos analizados	51
Gráfico 7	– Quantidade de deputados votantes por partido	52
Gráfico 8	– Quantidade de partidos por bancada	52
Gráfico 9	– Doações distribuídas por estado nos períodos analisados.....	53
Gráfico 10	– Distribuição dos votos contras e favoráveis por Estado	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Propriedade das redes	18
Quadro 2	– Conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	26
Quadro 3	– Categorias e subcategorias de pesquisa	34
Quadro 4	– Síntese Metodológica.....	40
Quadro 5	– Comissão Especial	45
Quadro 6	– Projeto de Lei e Apensados.....	47
Quadro 7	– Análise dos cliques	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS GERAIS	13
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.3	JUSTIFICATIVA	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	REDES DE RELAÇÃO E LAÇOS SOCIAIS COMO ORGANIZAÇÕES	16
2.2	TEORIA DE REDES	17
2.3	PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E PROCESSO LEGISLATIVO	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	33
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	33
3.3	UNIDADE DE ANÁLISE.....	34
3.4	COLETA DE DADOS	36
3.5	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	37
3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	38
3.7	SÍNTESE METODOLÓGICA	44
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	46
4.1	PROCESSO LEGISLATIVO	46
4.2	ANÁLISE DESCRITIVA	53
4.3	ANÁLISE DE REDES	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 60, a Sociologia Econômica e os Estudos de Redes Sociais objetivaram evoluir, atendendo a complexidade que a matéria exige, a análise das relações em diversas perspectivas, à exemplo da perspectiva econômica que está ao centro das relações sociais, esta centralização do poder econômico nas relações sociais teve por consequência o afastamento da matéria da Economia Clássica.

A Análise de Redes Sociais facilita a compreensão de processos econômicos em momentos distintos. Nesta perspectiva, o conceito de poder aparece como característica capaz de influenciar as relações e ações, tanto individuais como coletivas. A Análise de Redes Sociais também permite entender e explicar as interações dos indivíduos por meio de teorias embasadas em estruturas e racionalidade, e ainda a análise contribui para melhor compreensão e aplicação de significados as ações culturais e individuais (PASSY, 2002). A análise de redes pode ser utilizada em diferentes contextos, sendo um deles relacionado ao processo legislativo que foi abordado nessa dissertação. O processo legislativo deve embasar-se em uma política pública, que configura uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, é uma orientação à atividade ou passividade de alguém, as políticas públicas devem possuir intencionalidade pública e resposta a um problema público (SECCHI, 2020).

A erradicação da fome é um problema identificado a muito pela ONU, que diante da passividade à nível mundial para fornecer alimentos em quantidade e qualidade traçou este objetivo, que faz parte das duas primeiras políticas públicas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo o primeiro a erradicação da pobreza, e o segundo objetivo a fome zero e agricultura sustentável, este mais intrínseco a este trabalho.

A atividade legislativa relacionada à erradicação da fome no Brasil é realizada com efetividade com o programa Fome Zero, atualmente ampliado para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), em que ações com enfoque transversal articulam a produção, comercialização, abastecimento, acesso e perfis de consumo aos alimentos. Para o Governo Brasileiro, as diretrizes do SAN devem guiar a legislação sanitária, e agricultura (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

E nesta perspectiva a Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89) em vigor não atenderia as diretrizes do Sisan. Esta norma regulamenta no âmbito Federal a matéria

referente à pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins (BRASIL, 2019).

A Lei de Agrotóxicos deu origem a uma série de estudos que se dedicaram mais aos efeitos dos agrotóxicos na saúde humana (NASCIMENTO et al., 2019), também com relação ao uso excessivo dos agrotóxicos (CARNEIRO et al., 2008, 2012) assim relação à segurança ou insegurança alimentar a partir do uso de agrotóxicos (TREVISAN et al., 2004).

O conceito de segurança alimentar ganhou destaque na Rodada do Uruguai. Nesta ocasião, foram discutidas políticas públicas para solução da fome mundial apresentando soluções como o aumento e escoamento da produção, desenvolvimento, bem-estar, crescimento econômico e transferência de tecnologia. A Organização Mundial do Comércio teve um papel central na Rodada do Uruguai, inserindo na temática a importância da agropecuária e as tecnologias desenvolvidas para o aumento da produção. Foi destacada também a necessidade de cooperação entre os países para compartilharem tecnologias voltadas para a produção de alimentos (FAO, 1996).

A Organização Mundial do Comércio propõe a segurança alimentar como um princípio, com garantias a todo cidadão de ter acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente em todas as fases da sua vida. Enquanto na Rodada do Uruguai, o conceito de segurança alimentar surge como um objetivo para introduzir a cooperação entre países para troca de tecnologia, e ao mesmo tempo de aumento da produção de alimentos para atender a demanda do mercado (AFONSO; PERTES; FURONI, 1993).

A erradicação da fome mundial com a possibilidade de aumento da produção de alimentos e cooperação de tecnologia entre países chama a atenção da ONU (Organizações das Nações Unidas), que introduz a erradicação da fome e agricultura sustentável como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. E já na rodada do Uruguai, a ONU propõe uma agenda com políticas internacionais, para que os países signatários programas sem objetivos orientados para o mercado com aumento da produção agrícola (PASCHOAL, 1979).

O Brasil, desde 24 de outubro de 1945, é signatário da ONU e implementa por meio de leis as políticas e orientações em todo o território nacional. Para o aumento da produção seguindo o princípio da segurança alimentar, surgiram projetos de lei que regulamentam a produção, circulação e autorização dos fitossanitários, produzidos pelo setor privado (ONU, 2019). São grandes organizações que investem em pesquisa e tecnologia para criar produtos que aumentam a quantidade de alimentos colhidos.

O aumento da produção de alimentos em quantidade e qualidade surge por meio de leis no Brasil, a atenção que a matéria tem se deve em grande parte ao objetivo de erradicação da fome. À título explicativo a Constituição Federal determina divisão de poderes entre os órgãos que compõem o Estado: o Legislativo, o Executivo, e o Judiciário (CAPARROZ, 2012), todos devem voltar-se as disposições de proteção ao ser humano e manutenção do mesmo bem sociedade.

A Câmara dos Deputados federais possui entre as suas competências a de legislar sobre a matéria. Em 06 de outubro de 2015, o Deputado Federal Luís Antônio Franciscatto Covatti, à época filiado ao Partido Progressista, apresentou na Câmara dos Deputados Federais o Projeto de Lei 3.200 com o objetivo de flexibilizar a Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89). A proposta surge como interesse no fortalecimento da agenda da ONU no Brasil, propondo o projeto de lei com as diretrizes do princípio da segurança alimentar.

Todos os eventos apresentados remetem a temática e situação político-econômicas: a erradicação da fome como proposta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para Sachs (2008), o governo e a democracia é a pedra angular para a promoção do desenvolvimento sustentável (LÉVESQUE, 2007).

Quanto à relevância do presente estudo, foi identificado que as pesquisas desenvolvidas tiveram por objetivo o estudo da relação entre Estado e interesses privados por meio de leis (BUCHANAN; TULLOCK 1967; MCCHESENEY, 1997; PELTZMAN, 1984; PINCUS, 1975; POSNER, 1975; STIGLER, 1971). Para estes autores, as leis podem ser criadas para beneficiar algumas atividades sendo essa determinante sobre a alocação de seus recursos. Stigler (1971) acrescenta que a regulamentação pode ser ativamente procurada por uma indústria. Em regra, a regulamentação é adquirida pelo setor e é projetada e operada principalmente para seu benefício.

Sendo o ambiente democrático apto a promover a sustentabilidade por meio do desenvolvimento, o Projeto de Lei de Flexibilização dos Fitossanitários (PLFF) propõe modificações substanciais na lei de Agrotóxico. Tais modificações influenciarão na qualidade do alimento oferecido ao mercado para consumo, de forma, que o processo de votação do projeto deveria obedecer a consulta pública visando maior cumprimento do processo democrático, promovendo audiências públicas para ouvir a população. A ausência de comunicação e atenção que as audiências públicas facilitam podem concentrar-se em preenchimento de lacunas deixadas pelo projeto por meio de judicialização, o que não contribui para alcançar o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002)

O processo de votação do PLFF foi margeado por discussões que se voltavam a questão da produção, embalagem, circulação e principalmente a fomentação aos agrotóxicos de baixa periculosidade defendidos no projeto de Lei apensado de nº 679/2011. Diante deste panorama, em que o processo democrático de aprovação de Projeto de Lei tramitou na Câmara dos Deputados tão somente por meio da Comissão Especial, sem consultas públicas à sociedade civil e diante da importância da matéria analisada pela casa, a necessidade de cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para erradicar a fome, e o princípio da Segurança Alimentar em oferecer alimentos em qualidade e quantidade suficiente para combater a fome.

Este cenário determina a aplicação de recorte temático com relação ao Projeto de Lei de Flexibilização dos Fitossanitários, pois surgem questões relevantes quanto à relação entre a atividade da empresa que financia o Deputado e atividade legislativa: há influência e relação entre financiadores e Candidatos? Quais as características nas relações entre os atores envolvidos no momento da aprovação do PLFF na Câmara dos Deputados Federais, é influenciada e direcionada por atores com acesso a recursos?

A partir da literatura de Granovetter (1983), a Análise por meio da Teoria de Redes Sociais para o nível organizacional possibilita identificar laços sociais nas relações entre os Deputados e seus Financiadores. Para melhor análise e compreensão das relações entre os atores envolvidos no momento da votação do PLFF, contextualizadas pela necessidade dos deputados em financiamento de campanha por parte do setor empresarial, os financiadores.

A forma em que são tecidas as redes sociais permite a concepção de especificidades locais (JUNQUEIRA, 2000). Essas especificidades podem dirimir questões e orientar ações. O conceito de sustentabilidade deve ser inserido neste contexto, no entanto há diversas interpretações em diferentes paradigmas. Sachs (2002) conceitua a sustentabilidade como necessidade de novos modelos de produção e vivência, harmonizados aos objetivos sociais e ambientais, há a necessidade de novas formas de consciência ambiental, de todos os atores da sociedade.

Para a realização desta pesquisa, buscou-se investigar os laços existentes entre os Deputados Federais pertencentes a Comissão Especial que aprovou o PLFF e seus financiadores. Neste sentido formulou-se a seguinte pesquisa: “De que forma as relações entre os atores envolvidos no momento da aprovação do PLFF na Câmara dos Deputados Federais são influenciadas e direcionadas por financiadores?”

A pesquisa, além da introdução, inicia com a abordagem teórica sobre a Teoria de Redes Sociais e laços aliada a sustentabilidade, em seguida a metodologia utilizada, com características, dimensões, instrumentalização, recortes, dados, em seguida uma breve explanação da matéria abordada no PLFF, à formação da Comissão Especial e finaliza-se com resultados, anexos e referências.

1.1 OBJETIVOS GERAIS

Compreender de que forma as relações entre os atores envolvidos na aprovação do PLFF na Câmara dos Deputados Federais são influenciadas e direcionadas por atores com acesso a recursos, os financiadores.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a formação da Comissão especial destinada à aprovação do Projeto de Lei 3.200 na Câmara dos Deputados e seus financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018.

- Descrever a qual bancada e qual valor os candidatos identificados receberam e qual a atividade do financiador.

- Verificar as relações entre os candidatos no momento da votação.
- Mapear as relações entre os deputados e financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018.
- Analisar as características dos atores e dos laços existentes entre os candidatos e seus financiadores e sua relação com o segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao oferecer novas contribuições para as reflexões dos estudos organizacionais, identifica-se a relevância do presente estudo. A análise por meio de Redes Sociais oferece uma visão do macro e micro dos fenômenos, elucidando o que acontece dentro de grupos, com interações e padrões em alta escala (GRANOVETTER, 1973).

O planejamento de grupos sociais, seja para uma análise macro ou micro, para se manterem em um nível de sustentabilidade, estes atores necessitam de planejamento e participação de todos em busca do objetivo comum. No processo de votação do PL 3.200/2015 diferentes grupos surgem com interesses na temática normativa, e estes se movimentam e se articulam em prol de interesses próprios e comuns. O primeiro grupo é composto por pessoas físicas e pessoas jurídicas doadoras de campanhas eleitorais dos deputados, conforme ressaltado acima. Com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral, essas doações superam os recursos próprios que estes deputados dispõem para a candidatura.

O segundo grupo é composto por Deputados Federais que integraram a comissão especial. Neste trabalho o recorte temático quanto ao Projeto de Lei 3.200/2015, aprovado pela Comissão Especial na Câmara dos Deputados impõe o recorte de análise das doações somente aos deputados que compõem esta comissão, pois somente eles emitiram votos e pareceres que aprovaram o PL 3.200/2015.

O terceiro grupo emerge no processo de votação do PL 3.200/2015, composto pelo povo, pessoas que elegeram os deputados. Este grupo não possui relação de doação com o primeiro ou o segundo grupo. No entanto, podem ser diretamente afetados pelo

resultado que o projeto de Lei 3.200/2015 pode ocasionar na saúde do homem e no meio ambiente.

A reflexão do presente quadro inspirou a realização da pesquisa, cujo objetivo também foi identificar como ocorreu todo o processo de votação do Projeto de Lei 3.200/2015 (Lei de Flexibilização dos Agrotóxicos) e seus apensados na Câmara dos Deputados, e possibilitou a criação da base de dados de doações, doadores e deputados para análise de suas relações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REDES DE RELAÇÃO E LAÇOS SOCIAIS COMO ORGANIZAÇÕES

Este capítulo tem como proposta a compreensão das teorias que orientam a análise de Redes sociais, os laços sociais por sua vez, formam organizações. Neste estudo, foram analisadas apenas as redes organizacionais horizontais. Nesta perspectiva, o que define a rede é a cooperação ou não, intensidade, a intensidade do laço, para identificar como a rede se forma e quem define a sua formação, ou seja, se os financiadores influenciam os deputados e definem a agenda legislativa (ALVES, 2016).

Os laços que surgem desta análise também são objeto de estudo na Teoria de Redes, que se tornou um instrumento de investigação de valor em pesquisas voltadas para explicar fenômenos sociais em uma vasta gama de campos do conhecimento, especialmente nas ciências sociais, a análise de rede social tem enfoque sobre o contexto e as características das relações entre os atores.

Paralelamente, no contexto acadêmico dos estudos organizacionais, observa-se que o tema relativo às redes de cooperação entre organizações tem evoluído constantemente desde a década de 1990, como nos estudos de Balestrin *et al.* (2010), Pacagnan (2006), Fagundes Brandão (2018) e outros.

Em uma perspectiva metodológica, o campo dos estudos de redes, com ênfase especial nas teorias de base e metodologias aplicadas, os autores argumentam que o campo de análise de redes é dividido em três paradigmas:

- o paradigma racional econômico: a ideia central é de que as redes são respostas competitivas das empresas, buscando melhores posições no mercado;
- o paradigma social de redes: entende a organização da sociedade em rede, com limites que podem ser unilateralmente delimitados pelos pesquisadores;
- paradigma ligado a sociologia econômica: este, por sua vez, não nega os pressupostos econômicos, mas reconhece uma nova dimensão nos fenômenos a serem estudados (CONTE, 2017).

Para Zhang (2010), a definição de rede é um grupo de indivíduos ou entidades que colaboram e/ou competem e que estão relacionados uns aos outros. Tal rede não pode ser compreendida em uma organização formal, pois ela não respeita os limites formais de

uma entidade. Elas são um fenômeno dinâmico e requerem propostas de estudo que levem em consideração características complementares (CONTE, 2017).

Granovetter (1983) afirma que o posicionamento de um ator na rede, representado pelo número de inter-relações com outros atores, poderá reforçar as relações de poder diante dos atores marginais da rede. No entanto, às vezes, os adversários se unem para colaborar para encontrar soluções criativas ou não, éticas ou não, lícitas ou não, que não são facilmente obtidas no cotidiano comum (LEVESQUE *et al.*, 2017).

A teoria de redes serve de instrumento de investigação para explicar fenômenos sociais com enfoque no contexto e características das relações entre atores e principalmente se há relações de poder, a partir do paradigma ligado a sociologia econômica, sem negar os aspectos econômicos, e reconhecendo uma nova dimensão nos fenômenos, o que permitiria compreender as relações de poder e a saliência percebida pelos gestores.

A teoria de Redes define a “rede social” como um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de um tipo específico. Um empate ou a relação entre dois atores tem força e conteúdo.

O conteúdo pode incluir informações, conselhos ou amizade, interesse compartilhado ou associação, e tipicamente algum nível de confiança (CASTILLA, 2000). O autor destaca na pesquisa realizada no Vale do Silício dois aspectos que afetam a confiança. O primeiro relacional tem a ver com a história particular desse empate, que produz concepções do que cada ator deve ao outro. O outro é estrutural, algumas estruturas de rede tornam mais fácil do que outras para as pessoas formarem confiança nos relacionamentos para evitar a má conduta.

2.2 TEORIA DE REDES

O grupo de antropólogos de Manchester se apoiaram na Teoria de Radcliffe-Brown (1973) sobre sistemas sociais que estabeleceram a analogia entre a sociedade e os organismos, possibilitando a metáfora da sociedade como redes de relações entre estrutura sociais e suas funções (BURRELL; MORGAN, 1979). Os sistemas sociais desenvolvidos por Burrell e Morgan (1979) partem do princípio de que a sociedade industrial representava o auge da sociedade humana.

De acordo com Tichy, Tuschman e Fombrun (1979), a abordagem de rede não é nova e possui origens conceituais traçadas em três grandes escolas de pensamento:

1. Sociologia: autores como Park (1924), Cooley (1956) e Simmel (1950) enfatizaram padrões de comunicação como chave para o entendimento da vida social;
2. Antropologia: a inter-relação teórica de autores como Lévi-Strauss (1969), Malinowski (1922) e Frazer (1919) enfatizaram o conteúdo das relações que unem os atores, as condições de existência de tais relações e a evolução temporal dos laços;
3. *Role Theory* (teoria dos papéis): de acordo com Katz e Kahn (1966), as organizações são como “*fish nets*” de várias organizações inter-relacionadas.

Com isto, as estruturas e funções tenderiam sempre a ordem. A teoria de redes definida como instrumento de investigação para explicar fenômenos sociais com enfoque no contexto e características das **relações entre atores**, a partir do paradigma ligado a sociologia econômica (KADUSHIN, 2012). O interessante da teoria é que, ao mesmo tempo que possa ser compreendida como teoria, não há como apropriar-se de tal conceito apenas como um construto teórico, mas também como um método ou metáfora, dependendo da adequação contextual que se realiza (POWELL; SMITH-DOER, 2010).

As redes sociais se desenvolvem à medida que os atores se interagem e se relacionam uns com os outros, produzindo assim estruturas maiores que passam longe de suas percepções, mas que de fato existem, e estas redes afetam e transformam as organizações em que surgiram (ZHANG, 2010). Este conceito da teoria de Redes remete a definição de organização como sendo não apenas uma entidade, mas sim um processo de criação de mundo, de transformação em que o fluxo é fixado através dos efeitos estruturantes da linguagem.

Puffal (2014) classifica a análise de rede em duas abordagens. A primeira é metodológica, realizada por *softwares* e que através de meios quantitativos realiza-se a análise matemática de uma rede. Esta análise possibilita a visualização de todas as características descritas por Zhang (2010), Tichy, Tushman e Fombrun (1979), Scott (2001) e Granovetter (2007), sendo possível a visualização de um grafo que seja visualmente possível entender e analisar os laços, a densidade, a distância, a centralidade

e o clique. Trata-se neste processo de compreensão e análise parte do escopo da segunda abordagem de análise de rede, que busca orientar-se por uma via qualitativa.

Esta primeira análise, advinda de *softwares*, podem confeccionar uma matriz das relações, medir o grau e densidade destas, além de analisar outras características. Nestes estudos a unidade de análise normalmente é a própria rede ou os laços que ela proporciona.

A segunda classificação utiliza Redes como estratégia de ação coletiva, visando uma análise mais qualitativa, pois é possível identificar as transformações sociais transformação social em um determinado local. Nesse sentido, as redes são vistas como formas de organização e de ação dos atores sociais, visando promover uma mudança, podendo ser ela de cunho econômico ou não (ANDION, 2003).

Os estudos sobre a teoria de redes e sua relação com os estudos sobre o mercado está atrelado à compreensão de que a economia possui influências advindas das relações sociais, levando em consideração que o mercado é uma construção social em si sustentado por duas dimensões principais: o Estado e a sociedade (LEVESQUE, 2017). O Estado, pelo poder de segurança, regulamentação e progresso técnico, e a sociedade, pela ação social, econômica e as instituições econômicas que sustentam este sistema socialmente situado.

Powell et al. (2010) demonstram que os mercados são frequentemente organizados de maneira informal, constituídos de acordos contratuais que possuem propriedades hierárquicas, e de maneira formal, com determinada complexidade pela internalização de processos de mercado como centros de lucros e transferências.

A abordagem sociológica da teoria de redes permite a compreensão socialmente construída do mercado. Desta forma, é possível compreender que as redes sociais formam um conjunto de representações entre organizações e indivíduos (MARTES, 2009).

Tichy, Tuschman e Fombrun (1979) foram além e exploraram mais características sobre as propriedades de rede, e dividiram-as em três macro-propriedades: conteúdo transacional, natureza das ligações e características estruturais. O conteúdo transacional possui quatro tipos de troca

1. Conteúdo transacional: Sobre o conteúdo compartilhado entre atores sociais, que podem ser desde informações, dados e sentimentos de relação e afeto;

2. Natureza dos *links*: Sobre as relações em si mesmas (*links*), que permitem demonstrar diferentes grandezas de acordo com o que está sendo analisado; e
3. Características estruturais: Sobre os padrões de relações encontrados em determinados cenários sociais, que formam zonas próprias de grupos (*clusters*) fortalecedores ou propagadores de informações e relações específicas em diferentes densidades.

Sobre o conteúdo transacional, os autores afirmam que quatro tipos podem ser diferenciados: troca de afeto, troca de influência ou poder, troca de informações e troca de bens e serviços. As redes sociais, portanto, possuem a possibilidade de serem desenvolvidas de acordo com cada tipo de conteúdo, de acordo com o contexto social analisado e de acordo com os interesses descentralizados ou totalmente conectados dos atores presentes na rede.

Já sobre a natureza dos *links*, pode ser descrita em termos de:

- Intensidade: a força de uma relação indicada pelo grau que indivíduos honram obrigações ou pelo número de contatos que possuem em uma unidade de tempo;
- Reciprocidade: o grau em que indivíduos reportam as mesmas intensidades ou similares a cada outro indivíduo da rede;
- Esclarecimento de expectativas: o grau que cada indivíduo compartilha sobre o comportamento adequado sobre a relação com os outros da rede;
- “Multiplexidade”: considera-se que os indivíduos possuem diferentes papéis na rede, de acordo com o contexto social e as posições ocupadas. A “multiplexidade” identifica o grau que um par está ligado a múltiplos papéis. Quanto mais papéis é requerido de uma pessoa para outra, mais forte é o *link*.

Referente às características estruturais, os autores indicaram a possibilidade de serem divididas em quatro níveis:

1. Redes externas: se refere ao nível de *links* que existem com domínios externos;
2. Redes totais internas: refere-se ao nível de atores interligados entre si em uma dada rede;
3. *Clusters* dentro da rede: são áreas de rede em que atores estão mais próximos e interligados do que o restante da rede. Os *clusters* podem ser formalmente

concebidos como grupos, coalisões emergentes ou cliques, considerando as coalisões como alianças temporárias por um propósito limitado, e os cliques como associações informais existentes por uma diversificada variedade de propósitos;

4. Indivíduos como nós especiais em uma rede: nem sempre todos os indivíduos da rede são igualmente importantes. Existem nós que são chaves e que interligam outras áreas da rede com áreas externas da rede. Os indivíduos em si mesmo também podem estar isolados do restante da rede.

O mapeamento conceitual de Tichy, Tuschman e Fombrun (1979) é de considerável importância, uma vez que por meio da contribuição dos autores os principais conceitos e métodos da abordagem da teoria de redes foram expostos de forma que seja evidenciada a utilização aos estudos sobre as organizações.

Os autores defendem o uso da abordagem analítica de redes pelo enriquecimento da compreensão de aspectos estáticos e dinâmicos nas organizações, um argumento que fortalece os estudos e critica abordagens macro orientadas e limitadas ao processo e interações. Todas as características explicadas anteriormente estão consolidadas no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Propriedades das Redes

PROPRIEDADE	EXPLICAÇÃO
CONTEÚDO TRANSACIONAL	Quatro tipos de troca: troca de afeto; troca de influência ou poder; troca de informação; troca de bens ou serviços.
NATUREZA DAS LIGAÇÕES	
Intensidade	A força da relação entre indivíduos.
Reciprocidade	O grau em que a relação é comumente percebida e acordada por todas as partes da relação (isto é, o grau de simetria).
Esclarecimento das expectativas	O grau no qual todos os pares de indivíduos têm expectativas claramente definidas sobre o comportamento do outro na relação.
"Multiplexidade"	O grau no qual os pares de indivíduos estão ligados por múltiplas relações.
CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS	
Tamanho	O número de indivíduos participando da rede.
Densidade	O número dos <i>links</i> atuais na rede como a proporção do número de <i>links</i> possíveis.
Clustering	O número de regiões densas na rede.
Abertura	O número de <i>links</i> externos atuais de uma unidade social como uma proporção do número de <i>links</i> externos possíveis.
Estabilidade	O grau no qual o padrão da rede muda ao longo do tempo.
Alcance	O número médio de <i>links</i> entre dois indivíduos quaisquer na rede.
Centralidade	O grau em que as relações são guiadas pela hierarquia formal.
Estrela	O indivíduo que tem o maior número de nomeações.
"Liaison"	Um indivíduo que não é membro de um <i>cluster</i> , mas se liga com dois ou mais <i>clusters</i> .
Ponte	Um indivíduo que é membro de múltiplos <i>clusters</i> na rede.
"Gatekeeper"	Uma estrela que também liga a unidade social a domínios externos.
Isolado	Um indivíduo que não tem par na rede.

Fonte: traduzido de Tichy, Tushman e Fombrun (1979, p. 508).

Compartilhando da mesma importância clássica aos estudos da abordagem analítica de redes sociais, Granovetter (2007) foi além e propôs a visão sobre uma dimensão micro das relações sociais que abrange a influência dos diferentes comportamentos às instituições, a qual chamou de “imersão” (*embeddedness*).

O conceito de imersão para Granovetter (2007) buscou desafiar o pensamento econômico clássico que se limita a compreender o comportamento econômico condicionado por fatos macros, subestimando a ação humana dos impactos que são permitidos a tal estrutura social como a economia.

Os argumentos teóricos rejeitam por hipótese todo impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo. Em mercados competitivos, nenhum produtor ou consumidor notadamente

influencia a demanda ou a oferta agregada, e, portanto, os preços ou outros termos de troca. (GRANOVETTER, 2007, p. 5)

Apesar desta visibilidade sobre a imersão, o aprofundamento aparente sobre a visão das relações sociais e os impactos sobre estruturas sociais econômicas torna mais problemática a consolidação de mercados competitivos. Isso se dá pela existência de um processo complexo de aquisição de costumes, normas e hábitos por parte dos atores sociais, independentemente de uma decisão racional.

Assim, torna possível uma supersocialização sobre a visão de mercado, ou seja, interioriza-se tantos fatores subjetivos à economia, que torna-se custoso diferenciar decisivamente a posição de influência das relações sociais à economia. É importante destacar que Granovetter (2007) defende a teoria de *embeddedness* como uma crítica aos pressupostos neoclássicos, pois estes partem de uma explicação atomizada da ação econômica.

As características da rede apresentadas até então, mais dizem respeito a dois aspectos importantes: a posição e a centralidade. A posição, conforme exposto anteriormente, se refere especificamente a forma que o ator social, parte de uma rede, está posicionado conforme as características de suas relações. Ao que foi explorado principalmente das características estruturais de Tichy, Tushman e Fombrun (1979), torna-se possível averiguar o mecanismo presente de influência entre os aspectos sociais presente na rede.

Sobre a centralidade, Everett e Borgatti (2005) exploram extensões que primeiro generaliza o conceito de que a propriedade de um único ator social ou de um grupo de atores na rede, seja possível de ser utilizado como parâmetro para avaliar a centralidade relativa de todos os outros atores, ou até mesmo de aferir se um grupo é mais integrado do que outro dentro da própria rede.

Segundo, aplica-se o conceito de centralidade ao dado que é uma correspondência a dois tipos de nós (um do indivíduo e outro ao evento ou contexto em que participa). E por último, é utilizado o conceito de centralidade para examinar as estruturas centrais ou periféricas de uma rede.

Sendo assim, são explanadas pelos autores (EVERETT; BORGATTI, 2005) três métricas que servem de uma proposta geral para o *framework* que discute as formas de centralidade: *degree*, que é a métrica para se definir o número de atores externos que estão conectados aos membros da rede; *closeness*, que é o nível potencial de acesso,

considerando o grupo como um todo sem reduzir o grupo a uma entidade única e; *betweenness*, que é um potencial de controle a qual relaciona o quanto o ator importa na comunicação e transferência de informações dentro da rede.

Nohria (1992) ressalta cinco premissas que justificam a perspectiva de rede aos estudos organizacionais:

1. As organizações, compreendidas como um conjunto de redes sociais, são conceituadas como pontos de intercessão (organizações e pessoas), ligações de relacionamentos como amizades, desde que seja de um tipo específico;
2. Um ambiente organizacional deve ser compreendido como uma rede de várias outras organizações relacionadas
3. As ações dos próprios atores nas organizações (sejam elas atitudes e/ou comportamentos) são potencialmente justificadas pelas posições ocupadas nas redes moldadas de relações;
4. As redes, por mais que suprimam as ações, também são moldadas por elas. Isto é, as redes são continuamente alteradas, reproduzidas e construídas como consequência da agência dos atores sociais; e
5. Comparar as organizações de forma analítica deve fortemente considerar suas características de rede.

Também como característica sobre as relações sociais, torna-se importante entender por qual motivo elas existem. Para isso, a análise sobre o indivíduo possui um importante papel, principalmente pelas características sociais que tornam as relações sustentáveis ou não, isto é, como elas se consolidam, duram e também como se desfazem.

Características sobre o indivíduo e sua influência em uma estrutura social permitem compreender os fundamentos de tais atores enquanto fatores de influência social. Sendo assim, é necessário entender os fundamentos de Mitchell (1969) sobre as redes interpessoais.

De acordo com Mitchell (1969), a rede se assume como um conjunto de relações em diferentes grupos limitado de pessoas, sendo cada grupo dotado de propriedades características da totalidade das pessoas que participam. Para o autor, são cinco os principais fundamentos observados nas redes: reciprocidade, intensidade, durabilidade, acessibilidade e densidade. A seguir, cada um dos fundamentos foram explorados.

A reciprocidade pode ser compreendida como um grau responsável por definir se determinado ator social passa a ser significativo na relação com o grupo ou não. Também é reconhecida como a força capaz de estruturar as relações sociais (SKVORETZ; AGNEESSENS, 2007). A reciprocidade também permite desencadear ações futuras, uma vez que há uma ação mútua proveniente do processo de relacionamento.

A intensidade remete ao poder das obrigações e compromissos que estão envolvidas na relação social, seja pela dimensão de tais dimensões, ou pela multiplexidade das relações sociais, isto é, a permissividade de relações multifacetadas, de interesses diversos. Esta intensidade permite também suportar a durabilidade das relações, uma vez que depende-se desta força para compreender o tempo de atividade comprometido em cada parte da relação entre os atores sociais.

A acessibilidade, por outro lado, é responsável por limitar a quantidade de pessoas no grupo de relações, o que permite canalizar informações e recursos para um fim específico que faz parte do interesse do grupo em análise. E por último, a densidade é o conjunto de todos os fundamentos mencionados. Por meio da densidade que se estabelece a integridade da rede em questão do grupo social analisado, pois ao estabelecer as transações, os interesses, os compromissos e os limites, a partir deste ponto que se consolidam as conexões das próprias redes (MITCHELL, 1969).

Todo ator social inserido em um grupo capaz de criar conexões em redes sociais possui determinado grau de influência social. Entende-se a influência social como uma força externa às estruturas e permitem o funcionamento de determinados mecanismos sociais (GRANOVETTER, 2007).

É recomendado por Borgatti e Lopez-Kidwell (2011) que, por mais útil e significativo que a teoria de redes possa ser, “redes” possui um realce específico nos estudos sobre as organizações de se limitar às condições de relação entre o empregado e o empregador. Isso pode retirar a riqueza analítica que a teoria permite, para isso que é necessário compreender outros aspectos da teoria como os conceitos de **laços sociais enós**.

Os laços podem ser compostos por narrativas que os tornam parte de um processo de construção das relações sociais, como também pode ser utilizado como uma estratégia de identificação da influência de determinadas correlações sociais (AN, 2011, p. 514). Os laços são responsáveis por aumentar as probabilidades de certas relações em

determinados eventos entre os grupos sociais, ou até mesmo entre os atores inseridos em tais grupos.

Nesse sentido que Prates (2009) diferenciou os laços “fracos” dos laços considerados “fortes”. Por laços fracos, entende-se aquelas relações feitas entre grupos sociais por contate características demográficas ou geográficas similares entre eles e compartilhados. Estes laços, por mais significativos que sejam, não fortalecem capacidades específicas do grupo, mas sim para direcionar os fluxos de informação e influência (PRATES, 2009).

Por laços fortes, o autor menciona a relação com o conceito de “capital social”, uma vez que esses laços são formados a partir de relações entre os integrantes dos próprios grupos sociais. Os laços considerados fortes consolida-se em uma forma de recurso estratégico que permite a ação coletiva do grupo. Em diferentes ocasiões, facilita a ação, no entanto não determina a eficácia do grupo, dependendo do objetivo que esta ferramenta de sociabilidade passa a ser utilizada (PRATES, 2009).

Para cada laço, é necessário que existam os nós de uma rede social. Os nós são as unidades de conexões de uma rede das quais o pesquisador da teoria busca especial atenção. Essas unidades podem ser desde pessoas, até instituições ou organizações, e por esse motivo que para a pesquisa sobre redes torna-se um desafio encontrar tais nós a serem analisados (MARIN; WELLMAN, 2011).

Vale ressaltar que a análise de redes permite encontrar diferentes nós em diversos laços possíveis de serem analisados em vários contextos sociais. Sendo assim, foi necessário também encontrar suporte estatístico e matemático que permite a aplicação das reflexões provenientes da teoria de origem antropológica e sociológica, para que as pesquisas científicas se permitissem utilizar de tais construtos como uma ferramenta metodológica de análise dos fenômenos sociais. Trata-se de considerar que, no âmbito das discussões sobre a teoria de redes enquanto método, há a teoria dos grafos.

Os grafos, no contexto da análise de redes, constitui um conjunto de axiomas e deduções que permitem a investigação de uma ocasião ou problema específico entre diferentes atores sociais, que são representados por pontos e suas relações sociais por linhas entre esses pontos. A teoria dos grafos permite que matrizes sociais sejam constituídas e exploradas, a medida que as bases de discussão são representadas por

grafos que representam as informações ou fenômenos que acontecem entre os atores sociais envolvidos (CARRINGTON; SCOTT, 2011).

A partir de tal base inicial de representação, é possível afirmar que a análise de redes pode, de certa forma, “mensurar” indicadores de análise diversos, dependendo do contexto analisado para tanto.

É importante salientar que a teoria de redes aplicada no âmbito analítico busca padrões de relações e fluxos de informações entre os diferentes pares de nós e laços, isto é, ao mesmo tempo que há um olhar estatístico e quantitativo sobre a análise de redes, existe certa necessidade de sustentar qualitativamente o entendimento sobre a natureza das relações (MARIN; WELLMAN, 2011).

Diretamente relacionado a esta necessidade da perspectiva matemática representativa e descritiva, atrelada à análise qualitativa de forma sociológica ou comportamental que se fundamenta a descoberta de subgrupos que podem ser formados em diferentes grupos sociais, os quais podem ser denominados de “cliques”.

Os cliques são associações informais que podem se originar dos próprios atores sociais presentes no grupo que se identificam em interações comuns de configuração íntima e sentimental. São subgrupos formados pela identidade entre os “componentes” do grupo que transcende as possibilidades de relações que possam ser desenhadas em um grafo. Isto é, a identificação de um clique permite compreender “pequenos mundos” dentro de um grupo social que não se pretendia como uma relação prevista, mas como um subgrupo por vezes acidentalmente constituído (SCOTT, 2001).

Wasserman e Faust (1995) afirmam que o clique em um grafo é um subgrafo completo com três ou mais nós. Consiste em uma forma de relação estabelecida pelos próprios atores sociais que “escolhem” entre si, mais do que são “escolhidos” pelo grupo. Além disso, a definição do clique possui como função o início da identificação dos padrões estabelecidos nas diferentes propriedades do grupos, uma vez que os cliques consolidam as características que fazem os subgrupos serem formados.

A teoria de redes, portanto, possui um alto potencial analítico para a investigação de relações existentes em eventos e grupos de atores que estão próximos ou distantes. Estudos sobre a forma que organizações e contextos específicos que formam relações necessárias para serem exploradas e expostas fazem uso das redes para, principalmente, “[...] compreender a forma em que mecanismos institucionais pelos quais os

relacionamentos interorganizacionais estão iniciados, negociados, desenhados, coordenados, monitorados, adaptados e terminados” (LOPES; BALDI, 2009, p. 1017).

Tornar evidente o conjunto dessas relações significa explorar alianças feitas em contexto organizacional, que não só dependem de fatores econômicos como de custo ou de dependência de recursos, mas também como um mecanismo interessado de cooperação. Ebers (1997) explora alguns motivos em que as alianças específicas são formadas em dois tipos principais de cooperação:

- Cooperação para aumentar resultados organizacionais: as organizações juntam-se contra a concorrência comum para ou reduzir a competição ou para combater a possível formação de um monopólio de mercado, o que transforma alguns competidores em potenciais aliados;
- Cooperação para redução de custos: é uma forma econômica de afirmar resultados em diferentes escalas, seja alcançadas por atividades conjuntas em marketing e pesquisa, coordenação de atividades, eficiência e simplificação de processos para aquisição de materiais para produção, redução de riscos por compartilhamento, etc.

A teoria de redes e as análises que possuem como abordagem metodológica esta teoria procuram encontrar relações que vão além da interação entre atores, mas entre organizações e os eventos que constituem a estrutura do mercado que estas estão inseridas.

Ao utilizar esta análise nesta pesquisa, diferentemente de limitar-se a resultados econômicos sobre as redes, preocupa-se também na caracterização de relacionamentos diversos e outros tipos de troca que acontecem entre os atores que fundamentam as redes analisadas.

2.3 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E PROCESSO LEGISLATIVO

As práticas organizacionais permitem a identificação de práticas sustentáveis, e como estas práticas ou ações sustentáveis impactam a comunidade, a sustentabilidade surge em uma gama de conceitos, em várias dimensões introduzidas por Sachs (2002).

A primeira dimensão de Sachs (2002) é a social, consiste em uma distribuição justa de renda, com acesso a recursos, diversidade social e serviços sociais, a segunda

dimensão é a cultural, esta dimensão ressalta a importância cultural da raiz da real identidade do povo fora dos modelos colonizadores, com interação com a inovação.

Sachs (2002) define a sustentabilidade em dimensão ecológica e ambiental, na primeira o conceito é voltado a preservação natural dos recursos renováveis com limitação aos recursos não renováveis, a dimensão ambiental é voltada para autodepuração. A dimensão territorial visa o equilíbrio entre a zona rural e zona urbana com foco no desenvolvimento de ambas, a dimensão econômica inicia seu conceito com a palavra desenvolvimento, e visa a melhoria de forma continuada dos procedimentos de produção e pesquisas científicas, a dimensão de política nacional se volta para os direitos humanos em uma sociedade democrática, e por último a dimensão de política internacional com princípios voltados para a ONU, com garantia de paz e cooperação entre os povos.

Para alcançar todas as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2002), a Organização das Nações Unidas introduz em uma temática mundial os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, que consistem em:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.¹

Os objetivos são lançados para que auxiliem os países signatários a inserirem práticas sustentáveis por meio do compartilhamento de tecnologia entre os países e consequentemente aumento da produção de alimentos. Esta inserção prática permite a identificação de sustentabilidade.

A visão da ONU para o futuro sustentável aliado ao desenvolvimento das nações, definido como a capacidade de satisfazer necessidades das gerações presentes, sem afetar as necessidades das gerações futuras (WCED, 1987), ao longo dos anos o conceito de desenvolvimento sustentável modificou-se de acordo com cada Assembleia ou Rodadas Regionais da ONU, conforme o quadro que segue:

¹ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

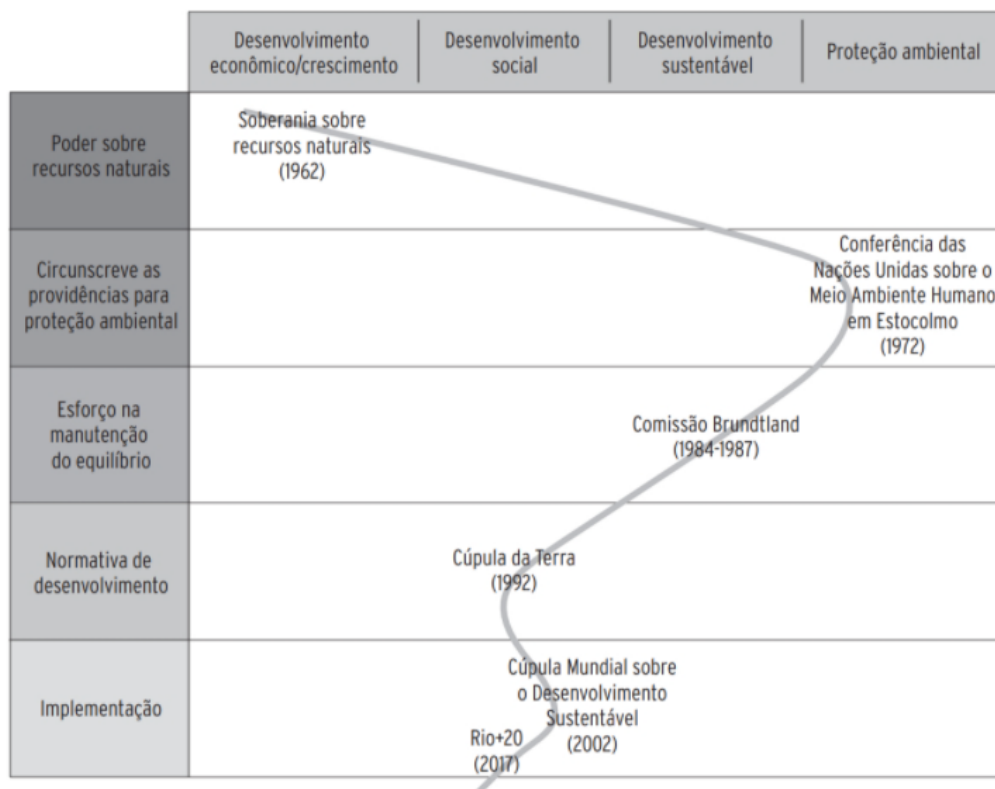
QUADRO 2 –Conceito de Desenvolvimento Sustentável

ANO	CONCEITO
1987 – Relatório de Brundtland(EUA)	Desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes, sem afetar a capacidade de gerações futuras de também satisfazerem suas próprias necessidades.
1993 – Sachs (1993, p. 20)	“Constitui-se um conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão”
1998 / OMC e ONU – Cavalcanti (1998, p. 99)	O desenvolvimento sustentável deve ser economicamente eficiente, mas também ecologicamente e socialmente desejável.
2005 - Partridge	É a possibilidade de um ato contínuo em condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema
2007 – Glavič e Luckman	É uma linha temporal em que são inseridos princípios, estratégias e políticas públicas para ajudar a desenvolver e programar uma visão sustentável para o futuro, exigindo uma mudança de pensamento e estilo de vida.

Fonte: elaborado pelos autores.

Estes conceitos de Desenvolvimento Sustentável permearam a Agenda da ONU, para enfim alcançar uma agenda lançada para o futuro, 2030 extraída das dimensões elencadas por Sachs(2002), como pode se verificar a seguir:

FIGURA 1 – Relação da Agenda ONU e dimensões de Sachs (2002)



Fonte: OLIVEIRA; LEONETI; CEZARINO, 2019.

No Brasil a legislação ambiental inicia na Constituição Federal que dispõe como garantias ou princípios o direito ao meio ambiente, no entanto, não aborda de forma detalhada as possíveis implicações quando não há manutenção e preocupação com o meio ambiente, e com os efeitos da ação humana neste.

A Agenda da ONU baseou-se nas dimensões de Sachs, sem deixar de incentivar a troca de tecnologias entre os países para o aumento da produção de alimentos com objetivo de erradicar a fome, no Brasil o Projeto de Lei de Flexibilização dos Fitossanitários surge dentro desta temática, na justificativa para a propositura do projeto são objetivos o aumento da produção de alimentos aliados a Política de Estado para Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental.

O PLFF surge em resposta aos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, sendo abordado em todos os discursos no momento da aprovação na Câmara dos Deputados (Base de dados com a transcrição da votação)

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a reprodução clara da metodologia utilizada nesta pesquisa, esse capítulo traduz os procedimentos utilizados, considerando os objetivos da pesquisa, tanto geral como específicos. Informa-se que a pesquisadora desta se posiciona epistemologicamente por meio da epistemologia funcionalista.

O teórico social interpretativista tenta compreender o processo pelo qual as múltiplas realidades compartilhadas surgem se sustentam e se modificam. Da mesma forma que a abordagem funcionalista, a interpretativista se baseia na pressuposição e na crença de que há uma ordem e um padrão implícito no mundo social; no entanto, o teórico interpretativista vê a tentativa do funcionalista de estabelecer uma ciência social objetiva como um fim inatingível.

Na abordagem funcionalista a ciência é considerada uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinados, que os praticantes da ciência inventam e seguem. Vê-se que a situação do conhecimento científico é, portanto, tão problemática quanto o conhecimento do senso comum da vida diária (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2010).

Com base na metodologia que orienta esta pesquisa, delinear a estratégia metodológica, com suas fontes e dados gerados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Quanto a classificação geral da pesquisa, estase caracteriza pela abordagem quantitativa com finalidade descritiva. A técnica quantitativa de coleta de dados utiliza de um modelo teórico e problema de pesquisa (HAIR JUNIOR *et al.*, 2005). A partir desta abordagem buscou-se: (a) mensurar os deputados que aprovaram o PL 3.200 na Câmara dos Deputados; (b) mensurar as doações feitas aos Deputados nas eleições de 2010, 2014 e 2018; (c) aplicar recorte de doações a partir de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para encontrar os maiores doadores; (d) analisar se estes doadores exercem atividade econômica ou que poderia ser beneficiada da aprovação do Projeto de Lei 3.200/2015.

Cervo (2011) corrobora com esta premissa, ao descrever como características da pesquisa quantitativa, a necessidade do suporte teórico-metodológico, enfatizando a importância da pesquisa documental que possibilita descrever e comparar as informações. A partir deste modelo, este trabalho parte de alegações pós-positivistas para desenvolvimento de conhecimento, partindo de hipóteses e observação, exigindo posteriormente o levantamento e coleta de dados como técnica de investigação (CRESWELL, 2010).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para melhor conceituar a pesquisa documental utilizada, caracterizada pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, estas fontes documentais são divididas em fontes primárias e fontes secundárias. A primeira consiste em dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de *segunda mão* (OLIVEIRA, 2007), já foram analisadas por outros, e pressupõe o estado da arte.

As teorias que sustentam esta investigação são a de pesquisa documental e descritiva. Documental, pois os dados secundários obtidos a partir de documentos primários, que não receberam tratamento para obter uma resposta ao problema de pesquisa compreensão do fenômeno de redes (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2015), e descritiva para apresentar as práticas de sustentabilidade ou insustentabilidade no processo legislativo do PLFF, o estudo descritivo apresenta de forma aprofundada dados e resultados (GODOY, 2010), ou seja apresenta os atores envolvidos no processo legislativo do PLFF.

O pressuposto principal da Teoria de Redes é a construção de redes sociais (densidade e centralidade). É um modelo de análise que considera as influências e o impacto dos diferentes atores. Para Cervo (2011), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-lo. Há o objetivo de descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros e suas características. Com isto, a presente pesquisa se caracteriza como descritiva, por descrever as características, propriedades ou relações

existentes no universo pesquisado, e favorece a pesquisa a mais ampla e completa tarefa de formulação clara do problema e da hipótese como solução.

Para auxiliar a análise descritiva, a teoria de redes serve de instrumento de investigação para explicar fenômenos sociais com enfoque no contexto e características das relações que emergem no momento do fenômeno, sem negar os aspectos econômicos, e reconhecendo uma nova dimensão destes. Ou seja, para melhor compreensão dos dados e resultados obtidos a partir da técnica quantitativa, a metodologia de Redes Sociais serviu de orientação para definir as relações a partir do critério econômico entre os atores.

3.3 UNIDADE DE ANÁLISE

Minayo (1998) descreve que ao entrar no campo da metodologia da pesquisa social é penetrar num mundo polêmico, complexo, e sem respostas, pois não há debates e conclusões. No entanto, a autora propõe como objeto da pesquisa social como um histórico, partindo do pressuposto que as sociedades humanas existem em um determinado espaço de tempo, composta por grupos sociais que as constituem e são mutáveis, tornando assim a visão de mundo, as leis, as instituições mutáveis, em uma visão dinâmica, e tudo pode ser transformado a qualquer momento. Essas características revelam para a autora uma consciência histórica do objeto da pesquisa.

A consciência histórica relativa das sociedades, assim como o pensamento são frutos da necessidade humana. Decorrem de um ato ou entidade, e fazem parte do próprio processo histórico, submetendo as ciências sociais, enquanto consciência possível as questões atuais esbarram em limites dados pela realidade, concluindo assim que indivíduos, grupos e pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico (MINAYO, 1998).

A autora revela ainda uma terceira característica das Ciências Sociais, a identidade entre sujeito e objeto da investigação. Ambos são seres humanos, que mesmo possuindo características diferentes inerentes a cultura, gênero, classe econômica, faixa etária distinta ou qualquer outro motivo que os distingam, possuem um substrato em comum que de certa forma os tornam solidariamente comprometidos.

Ao entrar no universo da pesquisa, o pesquisador entra na realidade dos fatos historicamente apresentados, e por mais objetivo que este possa parecer, um arcabouço teórico o norteia na escolha do objeto da pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, 2000). Godoi (2010) propõe ao pesquisador que ele apresente as fronteiras, o ambiente, os atores envolvidos, os incidentes que fazem parte do caso.

Trata-se de um estudo de caso, e neste a unidade de análise corresponde a definição do caso (ALVES-MAZZOTTI, 2002), ou seja, o processo legislativo de aprovação do Projeto de Lei de Flexibilização dos Fitossanitários na Câmara dos Deputados em 2015. A aprovação ocorreu por meio de votação em uma Comissão especial especialmente designada pelo Presidente da casa a época para apreciação, aprovação ou rejeição do projeto e seus apensos, identificando todos os deputados pertencentes a comissão especial instituída e identificando no sítio eletrônico do Superior Tribunal Eleitoral as contas aprovadas destes, relativas as eleições dos anos de 2010, 2014 e 2018. Após esta identificação, aplicou-se o recorte quanto as doações com valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o que permitiu identificar os doadores. Para o presente trabalho, considera-se a população os deputados e financiadores identificados a partir do recorte financeiro.

A escolha deste grupo se deu dada a facilidade de acesso aos documentos no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados e do Superior Tribunal Eleitoral, pela característica mista da pesquisa, esta gerou uma imensa base de dados, compostos por áudio, vídeos, processos de prestação de contas, currículos legislativos, certidões obtidas de juntas comerciais, todos estes arquivos foram catalogados em um banco de dados *online*, e ficará à disposição do leitor.

3.4 COLETA DE DADOS

Para Yin (2001), a coleta de dados pode fundamentar-se em inúmeras fontes. Reed (2007) ressalta aos pesquisadores que orientam seus dados para utilização da teoria de redes, a obediência as três etapas fundamentais: a identificação, categorização e diferenciação.

Os dados coletados para a presente pesquisa são dados secundários retirados na primeira parte do site da Câmara dos Deputados Federais. São pareceres,

requerimentos, áudios, e fichas do processo de votação do PL 3.200/2015 para identificação dos Deputados Federais que compuseram a comissão especial criada para aprovar ou rejeitar a matéria na Câmara dos Deputados e identificação de quais votaram a favor e contra o PL 3.200/2015.

A segunda parte de dados secundários, extraída do site do Superior Tribunal Eleitoral, possibilitou o levantamento dos documentos relacionados as prestações de contas dos Deputados e Partidos, nas eleições de 2010, 2014 e 2018. Esse dado contém a relação descritiva de todas as doações recebidas e aprovadas pelo Superior Tribunal Eleitoral.

As informações coletadas com relação aos Deputados Federais que compõem a Comissão Especial criada para aprovar ou rejeitar o PL3.200/2015, foram tabuladas a partir do nome civil, estado, partido, bancada e parecer com relação a rejeição ou aprovação do referido projeto.

As doações a estes Parlamentares foram tabuladas de acordo com doadores pessoas físicas e doadores pessoas jurídicas nas eleições de 2010, 2014 e 2018, todas ordenadamente separadas por ano, especificando os doadores partir do nome civil ou razão social, estado, e valor doado ao parlamentar. Após, foi aplicado o filtro na coluna valores para delimitar os doadores que contribuíram com mais de R\$ 200.000,00 duzentos mil reais.

As doações aos Diretórios dos Partidos foram tabuladas, separadas por ano, especificando o doador, estado, valor doado. Após este levantamento, aplicou-se o filtro na coluna valor para separar as doações a partir de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A preparação do material foi reproduzida em número a partir da ata de constituição da Comissão Especial pelo Presidente da Casa, enumerando os Deputados que pertencem a comissão a partir do nome civil. Em busca no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados buscou-se o currículo legislativo, que contém informação com relação à bancada, a projetos iniciados e participações.

Em seguida, a busca ocorre no sítio eletrônico do Superior Tribunal Eleitoral, que contém um portal de prestação de contas partidário. Esta busca permitiu encontrar os arquivos relativos às contas aprovadas por deputado e por eleição. Após, selecionou-se todos os documentos de todos os deputados que compõem a comissão especial, incluindo documentos oficiais de prestação de contas partidárias dos anos de 2010, 2014 e 2018 (BARDIN, 1977).

A Câmara dos Deputados compõe a formação jurídica do Estado Brasileiro, e possui competência legislativa e investigatória. Neste contexto, o recorte que recai sobre o processo legislativo do PL 3.200 de 2015 na Câmara dos Deputados por meio da Comissão Especial, esta composta por 23 Deputados Federais, formam o primeiro banco de dados. As informações extraídas do Sítio Eletrônico da Câmara dos Deputados compõem o primeiro banco de dados, com o currículo parlamentar de cada deputado da comissão especial, identificados pelo nome civil, idade, legenda partidária, bancada, e propostas legislativas, permite identificar o arranjo de pessoal envolvido.

A partir da delimitação dos deputados, buscou-se no sítio eletrônico do Superior Tribunal Eleitoral as doações recebidas por estes parlamentares nas eleições de 2010, 2014 e 2018. Esses documentos oficiais formam o segundo banco de dados, composto por planilhas de prestação de contas dos deputados, aprovadas pelo Superior Tribunal Eleitoral, e divulgadas no portal Divulga Contas do STE. Após a análise quantitativa do segundo banco de dados, realizou-se a análise qualitativa dos doadores para identificar as doações acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

A análise quantitativa revelou três tipos diferentes de doadores, que formam o terceiro banco de dados da pesquisa, são eles doadores pessoa física, pessoa jurídica e diretório do partido. Com relação aos doadores pessoas físicas, realizou-se a busca nas Juntas Comerciais dos estados em que a doação teve origem, o que permitiu a emissão de certidões simples *online* para identificação da atividade econômica dos doadores.

Com relação as doações realizadas pelo diretório partidário aos Deputados Federais, realizou-se a busca no sítio eletrônico do Superior Tribunal Eleitoral no portal Divulga Contas, para especificar as doações feitas aos partidos, aplicando-se o mesmo recorte financeiro de doações a partir de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), que possibilitou identificar e especificar os doadores e separá-los em pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Neste contexto, no que tange a unidade de análise, buscou-se concentrar nas relações dos grupos econômicos formados na aprovação do projeto de Lei 3.200/2015 na Câmara dos Deputados para identificar os deputados e financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018. Ao descrever como as relações em redes possuem intensidade e reciprocidade, esta pesquisa amplia a lente de investigação sobre os atos e poderes conferidos à Casa do povo.

Todos os documentos secundários coletados traduzem a realidade dos fatos, a preocupação foi superada, pois possibilitou que se alcançasse o mesmo resultado da entrevista semi-estruturada (BARDIN, 2002).

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de se investigar uma proposição teórica que viabilize a descrição do fenômeno por meio da teoria de Redes, utilizamos quatro abordagens, Redes de Relações Organizacionais, Poder e dependência nas relações, Processo Legislativo e Sustentabilidade, em que cada categoria e subcategoria de análise emergiram da fundamentação teórica.

O programa Ucinet foi utilizado para a realização dos grafos, que permitem a análise de redes sociais. Por meio deste grafo, e de acordo com os dados obtidos, foi possível identificar os laços, a densidade da relação entre os autores, distância, centralidade e clique, considerando que os laços ou links são conectores de dois ou mais nós em um gráfico (ZHANG, 2010).

Nestes laços foi possível identificar se há reciprocidade na forma troca de informações, que quando identificadas em conjunto estas características possibilitam ao pesquisador identificar a força do laço entre os atores. Para Granovetter (1973), a força de um laço é identificada pela presença simultânea de quantidade de tempo aplicado na relação, intensidade emocional envolvida entre atores, bem como a confiança e a reciprocidade.

A densidade “descreve o nível geral de ligação entre os pontos de um gráfico” e pode ser quantificada quando o “número de conexões reais diretas é dividido pelo número de conexões diretas possíveis em uma rede” (ZHANG, 2010, p. 13). Scott (2001) faz uma ressalva quanto a análise da densidade, pois é necessária a comparação do

número real de linhas que estão presentes em um gráfico com o número total de linhas que estaria presente se o gráfico estivesse completo.

Para analisar a distância entre os atores dentro de um gráfico, os atores são conectados por uma sequência de linhas. Scott (2001) define essas conexões como caminhada que ligam os nós, o que possibilita mensurar a distância ou o caminho pela quantidade de linha e seu comprimento, ou seja, o número de linhas e passos necessários para sair de um ponto e chegar a outro.

A centralidade definida por Borgatti (2009) como uma família de propriedades dos nós relacionadas à importância estrutural ou à proeminência de um nó na rede, possibilita identificar quais atores se relacionam (ZHANG, 2010) e, com isto, possibilita também a verificação da posição mais favorável do ator na rede em que possibilite a ele influenciar e determinar sua posição, ou interferir na posição e relação entre outros atores menos favorecidos (HANNEMAN; RIDDLE, 2005). Para a análise da característica clique, Tichy, Tushman e Fombrun (1979) conceituam os cliques como associações informais mais permanentes e existem para uma gama mais ampla de propósitos.

Para Zhang (2010), um clique em um gráfico é um sub-gráfico no qual qualquer nó está diretamente conectado a qualquer outro nó do sub-gráfico. O Clique também pode ser definido como *embeddedness*, que é o ponto central da rede. A palavra não tem tradução direta em português, podendo ser entendida como entrelaçamento do ator nos fios da rede, tanto socialmente, quanto comercialmente. A palavra remete a expressões como confiança, comprometimento, lealdade, dependência, coesão e obrigação.

Giglio (2012) descreve os nós, que podem criar a trama tecida nas relações cotidianas, econômicas e sociais que cria a identidade de cada ator, pessoa ou empresa dentro da rede e determina seu comportamento e sua cognição. As palavras associadas ao conceito de *embeddedness* nos remetem aos conceitos de trama social, identidade e padrão perceptivo, analisados na sociologia e na psicologia social. É como uma lógica, ou código de trocas, que resulta em economia nas transações, uma vez que as relações estão estruturadas e são conhecidas. Ao mesmo tempo em que facilita a relação, o *embeddedness* limita e controla o comportamento.

O contexto da Teoria de Redes a partir da análise quantitativa do programa Ucinet e Net Draw, em que se é o surgimento da rede e suas características a partir das informações alimentadas no programa, e assim a visualização da rede e seus links a análise destes bem como as falhas, críticas e limitações, as quais são exploradas em sequência.

Creswell (2010) explica a utilidade dos procedimentos mistos, em decorrência da integração dos tipos de dados que pode ocorrer em diversos estágios do processo da pesquisa, no caso da presente pesquisa a análise descritiva dos dados, se faz necessária, após identificar todos doadores e deputados federais, que receberam ou não doações, e que votaram contra ou a favor do PL 3.200/2015.

A exibição dos dados compreende a etapa em que se fará a apresentação dos dados de forma organizada e compacta que permitirá a visualização do grafo por meio do programa Ucinet aplicando a ferramenta *degree* para identificação da centralidade. Nesta pesquisa, o conjunto organizado se dará pela especificação dos deputados partidos e doações e relação dos doadores para com os deputados ou partidos, identificando quem recebe doações de quem, e para quem os doadores elegem merecedores de seus donativos (BARDIN, 2002).

A hipótese apresenta duas características relacionadas aos deputados e doadores, a partir das doações pode-se estabelecer uma relação entre alguns doadores e deputados a partir das doações no ano de 2018. Para se fazer a análise utilizando o coeficiente de Jaccard e a técnica de Escalonamento Multidimensional (LEGENDRE; LEGENDRE, 2012), estabeleceu-se etapas de construção da matriz de similaridade, tomando os devidos cuidados com o rigor necessário a esse tipo de pesquisa.

A primeira etapa é direta, associando a presença de determinada doação ao valor "1" e sua ausência ao valor "0" (codificação binária). Apesar da simplicidade, é importante ressaltar que a utilização do coeficiente de Jaccard é premeditada e estratégica no sentido de desconsiderar a semelhança que ocorre pela ausência de valores, ou seja, evita-se os problemas oriundos dos zeros duplos por motivos já explicitados na metodologia.

Para aplicação do conteúdo em técnicas estatísticas, foram realizados procedimentos nos dados para adequá-los ao objetivo. Os procedimentos envolviam a adequação dos dados para evitar perda de informações relevantes para identificar.

Em pesquisas que se encontram indivíduos, a ausência de uma característica ou atributo não significa que elas são similares, supor isso é um equívoco, por isso foi necessário procedimento de adequação dos dados e as etapas encontram-se apresentadas no item “coleta dos dados”, todos foram selecionados por serem deputados e formarem a comissão especial destinada para aprovação ou veto do Projeto de Lei 3.200/2015. Feitas as adequações, a aplicação da técnica de Escalonamento Multidimensional permitiu plotar os deputados e financiadores e suas respectivas distâncias ampliando a capacidade analítica do caso.

Como limitação da presente pesquisa, destaca-se que não foram analisadas as doações não aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2010, 2014 e 2018, essa limitação se dá pelo fato de que esses dados estão em processos que ainda não tiveram seu fim, portanto a informação contida nele pode ser modificada por decisão do Superior Tribunal Eleitoral.

A análise por meio de redes sociais permite examinar as estruturas de rede quantitativamente para entender melhor a função desta. Esta análise é elaborada no programa Ucinet (ALEJANDRO, 2005), que teve seu curso em três etapas: a primeira pelo programa Ucinet para a identificação das relações com centralidades e representação por meio do grafo, para a representação da posição dos atores na rede. Esta primeira identificação na base dos deputados identificados no momento da votação, as relações encontradas, gerou a primeira rede multidimensional, nesta modalidade a rede contém diferentes tipos de nós e relações imersas.

O segundo grafo se deu com a base de financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018 com diferentes tipos de relação para com a base dos deputados, se na eleição de 2018, 2014 ou em ambas as eleições.

Para auxiliar a análise o referencial teórico desempenha um importante papel, a partir dele são definidas categorias e subcategorias, que confirmam o estudo proposto (TESCH, 1990), conforme quadro que segue:

QUADRO 3 – Categorias e subcategorias de pesquisa

CATEGORIAS		DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AUTORES	
PODER ECONÔMICO	(A) DEPÊNCIA NAS RELAÇÕES	A dependência surge como capacidade de controlar recursos importantes a todos; ações baseadas em subjugação; desigualdade de poder e recursos; um ator pode influenciar outro; ausência de simetria entre as relações, vínculos recíprocos; há investimento de recursos monetários, informações, apoio social.	Cook, Cheshire, Gerbasi (2006); Davis e Cobb (2009); Pfeffer (2003); Hillman, Withers, e Collins (2009);	
	(B) EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES	Coalizões: alianças entre indivíduos ou grupo de indivíduos com metas temporariamente diferentes; panelinhas: formação de grupos de indivíduos definitivos, com metas e interesses partilhados	ULMER, 1965; Klafike, 2014; Oliveira, 2017	
PROCESSO LEGISLATIVO	(C) MODELO BRASILEIRO	Sucessão de atos coordenados pela lei.	(PACHECO, 1998; Paulo, 2005; Almeida, 2015	
	(D) RECURSOS	Financiadores, partido eleitoral		
			ODS Nº 2	Sachs (2002); Sachs (1995); Sachs (2008, Levésque (2007)

Fonte: elaborado pelos autores.

No decorrer do trabalho a categoria “Contas não aprovadas” apareceram, no entanto, sua aplicação mudaria completamente o rumo da pesquisa e base de dados, pois as contas não aprovadas são objetos de processo judicial nos Tribunais Regionais Eleitorais ou mesmo no Superior Tribunal Eleitoral. Como a consulta a estes processos nem sempre é pública, esta categoria foi descartada.

As Categorias acima surgiram no decorrer do trabalho, com a análise e coleta dos dados, no site do TSE, da Câmara dos Deputados Federais e da ONU, a base possibilitou identificar dependência nas relações, equilíbrio, modelos de processo, e tipos de recursos utilizados.

3.7 SÍNTESE METODOLÓGICA

Para melhor compreensão deste trabalho, o quadro a seguir apresenta a síntese metodológica:

QUADRO 4 – Síntese Metodológica

PROBLEMA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	QUESTÕES DA PESQUISA	FONTES
De que forma as relações entre os atores envolvidos no momento da aprovação do PLFF na Câmara dos Deputados Federais são influenciadas e direcionadas por financiadores?	Compreender de que forma as relações entre os atores envolvidos no momento da aprovação do PLFF na Câmara dos Deputados Federais é influenciada e direcionada por atores com acesso a recursos, os financiadores.	Identificar a formação da Comissão especial destinada a aprovação do Projeto de PLFF na Câmara dos Deputados e seus financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018	Qual a distância e densidade da Rede dos Deputados no momento da votação?	Base de documentos do momento da votação disponíveis no site da Câmara dos Deputados Federais
		Descrever a qual bancada e qual valor os candidatos identificados acima receberam e qual atividade do financiador	Quais deputados receberam financiamento eleitoral acima de R\$200.000 e de qual financiador?	Base do DivulgaConta do Superior Tribunal Eleitoral
		Verificar as relações entre os candidatos no momento da votação.	Qual a relação entre deputado e financiador?	Junção das duas bases acima
		Mapear as relações entre os deputados e financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018	Qual a distância na Rede entre deputados e financiadores?	Base de relações e interações encontradas - tabuladas no Excel a partir dos dados acima
		Analisar as características dos atores e dos laços existentes entre os candidatos e seus financiadores e sua relação com o segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU	A aprovação do Projeto de Lei inseriu as diretrizes do 2º Objetivo do desenvolvimento sustentável da ONU?	Base de relações e interações encontradas - tabuladas no Excel a partir dos dados acima

Fonte: elaborado pelos autores

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 PROCESSO LEGISLATIVO

O processo legislativo consiste em uma sucessão de atos diversos realizados para a produção de leis em geral. O conteúdo, a forma e a sequência desses atos obedecem a uma série de regras próprias. As regras para a produção de leis federais são ditadas pela Constituição Federal, pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, pelos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelo Regimento Comum das duas Casas (PACHECO, 1998).

As duas Casas do Congresso Nacional são independentes entre si e produzem os atos de sua competência. Como aperfeiçoamento da forma de reprodução do Estado, a Constituição Federal estabeleceu a divisão de poderes, uma divisão de funções, atribuições e atividades que consistem em um sistema de freios e contrapesos para equilibrar a separação dos Poderes. Nesta enseada, há um controle de um poder sobre o outro, e mantém a preservação do modelo (PIOVESAN, 2008).

A função primordial do legislativo, além do poder de controle, é a função de elaborar leis, que balizariam a atuação do Estado. Ou seja, o controle dos atos do Estado a partir de normas jurídicas. Assis (2012) ressalta que o poder de controle das ações dos demais Poderes, a exemplo, atividades investigativas e repressivas são cada vez mais constantes. A atividade de controle prévio, que pode recair sobre várias ações diferenciadas, tem sido preterida em relação à atividade repressiva e investigatória que as comissões de inquérito parlamentar iniciam.

A limitação de iniciar o processo legislativo também é uma preocupação. A depender da matéria, e ainda no que tange a esta função, o legislativo tem perdido espaço para o executivo, sob o comando do próprio texto constitucional. O número de leis que o executivo propõe já é maior do que o número de leis que o legislativo propõe (ASSIS, 2012).

Assis (2012) ainda destaca uma terceira limitação, a falta de identidade entre o legislativo, a casa do povo e o próprio povo, há a infidelidade partidária, falta de conteúdo programático dos partidos políticos, falta de diálogo entre o legislativo e a população.

Sproesser (2006) discrimina as funções do legislativo. No entanto a função legislativa para ser legítima e para ser exercida adequadamente, precisa cumprir pressupostos de legitimidade e operatividade, sendo requisito essencial da atividade legislativa a representatividade política, ou seja, que os membros da Câmara dos Deputados sejam compostos por representantes do povo.

No sistema brasileiro de aprovação de leis, enquanto o projeto tramita na Câmara dos Deputados, as votações podem ser secretas ou simbólicas, a depender da consulta do presidente ao plenário, caso não haja divergência, todos permanecem sentados, não há a identificação dos votos de cada parlamentar.

Projetos de Emenda à Constituição Federal exige além da distinção o quórum de deliberação de trezentos e oito deputados, ou no caso de Lei complementar, que exige a distinção dos deputados somados ao quórum mínimo de duzentos e cinquenta e sete deputados. Legislação ordinária e medidas provisórias necessitam que 31 deputados peçam a verificação de votação, e exige quórum entre cento e vinte e nove até duzentos e cinquenta e sete deputados para a provação.

O Projeto de Lei 3.200 de 2015 que recebeu apensados durante a sua tramitação de acordo com o artigo 151, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, este dispositivo possui o seguinte texto no Art. 151:

Quanto à natureza de sua tramitação podem ser: [...] II - de tramitação com prioridade: a) os projetos de iniciativa do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Mesa, de Comissão Permanente ou Especial, do Senado Federal ou dos cidadãos; b) os projetos: 1 - de leis complementares e ordinárias que se destinem a regulamentar dispositivo constitucional, e suas alterações; 2 - de lei com prazo determinado; 3 - de regulamentação de eleições, e suas alterações; 4 - de alteração ou reforma do Regimento Interno.

No entanto, antes de cada votação, os líderes dos partidos e o líder do governo são convocados pelo presidente da câmara, para orientações a respeito de como devem votar, dentro das seguintes opções: favorável (sim), contrário (não), a liberação da bancada para votar livremente (ou não pronunciar-se, cujo o efeito é o mesmo) e a declaração pela obstrução da votação (NICOLAU, 2000).

No momento da votação em plenária, não é possível muitas das vezes, identificar o motivo que levou ao voto. No entanto, os projetos, assim como o PL

3200/2015 objeto deste estudo, em razão da matéria, devem passar pelas comissões (RICCI; LEMOS, 2006).

O modelo de aprovação legislativa por meio de comissões efetiva um dos modelos, distributivo e informacional. O primeiro, segundo Ricci e Lemos (2006) aborda uma perspectiva em que as comissões são arenas de maximização eleitoral, ou núcleos cooperativos para trocas legislativas (*logrolling*). A abordagem informacional admite que as comissões sejam agentes facilitadores dos "ganhos de especialização", que por sua vez, facilitariam a coleta e distribuição de informações aos congressistas, aproximando políticas de seus resultados esperados.

No entanto, o desempenho legislativo das comissões permanentes depende de seus poderes formais, as comissões brasileiras possuem apenas poderes positivos, na literatura corrente, costuma-se distinguir entre poderes negativos ou positivos (KREHBIEL, 1988). São negativos quando a comissão não é permitida ou é dificultada qualquer mudança do *status quo*. São positivos quando, contrariamente, a comissão pode alterar o conteúdo das propostas segundo suas preferências.

A Constituição Federal brasileira também confere as comissões, poderes terminativos, ou seja, as comissões podem examinar e aprovar definitivamente um projeto de lei sem que ele passe pelo plenário. Com isto, as propostas que tramitam em regime de urgência, tem mais chance de sucesso (AMORIM NETO; SANTOS, 2002).

Ricci e Lemos (2006) destacam o fato de algumas comissões possuírem maior relevância que outras para a condução do processo legislativo, por exemplo, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) que exerce o poder terminativo, é extremamente produtiva, com grande rotatividade, favorecendo a especialização interna, além de configurar como um importante *veto player* institucional, em um espaço formado por *lobbies* internos repleto de barganhas partidárias.

O PL 3.200/2015 foi apresentado na Câmara dos deputados em 06 de outubro de 2015 pelo Deputado Covatti Filho (PP-RS). Em 18 de novembro do mesmo ano, o Plenário por meio do Presidente da câmara determinou que o projeto fosse aprovado pelas comissões de Seguridade Social e Família; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Mérito e Art.

54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) (PL 3.200/2015).

Bem como em razão da distribuição a mais de três comissões a apreciarem o mérito, o presidente da casa determinou a criação de Comissão Especial para analisar a matéria, na forma do artigo 34, inciso II, do RICD, por se tratar de proposição ordinária.

Em 08 de abril de 2016 o Presidente da Câmara criou a comissão destinada a aprovar ou rejeitar o PL .3200/2015, estabelecendo os titulares e suplente conforme o Quadro 5 que segue:

QUADRO5 – Comissão Especial

Titulares	Suplentes	Coligação
Carlos Henrique Gaguim (PTN) - vaga do PMDB	Adalberto Cavalcante (PTB) - vaga do PMB	PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/ PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSD C/PEN/PRTB
Arnaldo Faria de Sá (PTB)	Altineu Côrtes (PMDB) Vaga do PT/PSD/PROS/PCdoB	
César Halum (PRB)	Celso Maldaner (PMDB)	
Covattifilho (PP)	Jerônimo Goergen (PP)	
Hélio Leite (DEM)	Josué Bengtson (PTB)	
Luís Carlos Heinze (PP)	Mandetta (DEM)	
Rogério Peninha Mendonça (PMDB)	Mauro Pereira (PMDB)	
Sergio Souza (PMDB)	Mauro Pereira (PMDB)	
Valdir Colatto (PMDB)	Professor Victório Galli (PSC)	
Zé Silva (SD)	Silas Brasileiro (PMDB)	
Aelton Freitas (PR)	José Augusto Curvo (PSD) vaga do PDT	
Evandro Roman (PSD)		PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Luiz Nishmori (PR)		
Marcos Montes (PSD)		
Rômulo Gouveia (PSD)		
Bruno Covas (PSDB)	Adilton Sachetti (PSB)	PSDB/PSB/PPS/PV
Heitor Schuch (PSB)	Domingos Sávio (PSDB)	
Luiz Carlos Hauly (PSDB)	Júlio Delgado (PSB)	
Raimundo Gomes de Matos (PSDB)	Nilson Leitão (PSDB)	
Sarney Filho (PV)	Shéridan (PSDB)	
Tereza Cristina (PSB)		
Afonso Motta (PDT)	Vaga PSD	PDT

Fonte: elaborado pela autora.

Após criar a comissão especial, o presidente determinou a sua instauração e reunião, em 12 de abril a comissão designou como relator o Deputado Luiz Nishimori (PR-PR), foram requeridas trinta e duas audiências públicas para debate com a população a respeito da matéria que o projeto de lei agrega, todas aprovadas para a realização, mas nenhuma aconteceu. O projeto foi apensado e aprovado conjuntamente com o PL 1687/2015, somados com outros projetos de lei que regem a matéria, o Quadro 6 a seguir demonstra como todos os apensados ao PL 3.200/2015:

QUADRO 6 – Projeto de Lei e Apensados

PL 3200/2015 - Principal	1.0 PL 6299/2002	1.1.1 PL 713/1999
		1.1.2 PL 7564/2006
		1.1.3 PL 7564/2006
	2.0 PL 4412/2012	2.2.1 PL 2129/2015
		2.2.2 PL 4228/2019
		2.2.3 PL 4221/2019
		2.2.4 SBT 1 CCJC => PL 4412/2012
		2.2.5 SBT 2 CCJC => PL 4412/2012
	3.0 PL 5218/2016	
	4.0 PL 3745/2019	
	5.0 PL 2495/2000	
	6.0 PL 2495/2000	6.1 PL 3125/2000
		6.1.2 PL 5884/2005
		6.1.3 PL 6189/2005
		6.1.4 PL 4933/2016
	7.0 PL 3649/2015	
	8.0 PL 5852/2001	
	9.0 PL 4624/2019	
	10. PL 1567/2011	10.1 PL 4166/2012
	11. PL 1779/2011	
	12. PL 3063/2011	
	13. PL 958/2015	
14. PL 1687/2015	14.1 PL 49/2015	
	14.2 PL 371/2015	
	14.3 PL 461/2015	
15. PL 5131/2016	15.1 PL 10552/2018	
16. PL 6042/2016	16.1PL 2641/2019	
17. PL 7710/2017		
18. PL 8026/2017		
19. PL 8892/2017		
20. PL 9271/2017		
21. PL 2546/2019		
22. PL 3930/2019		

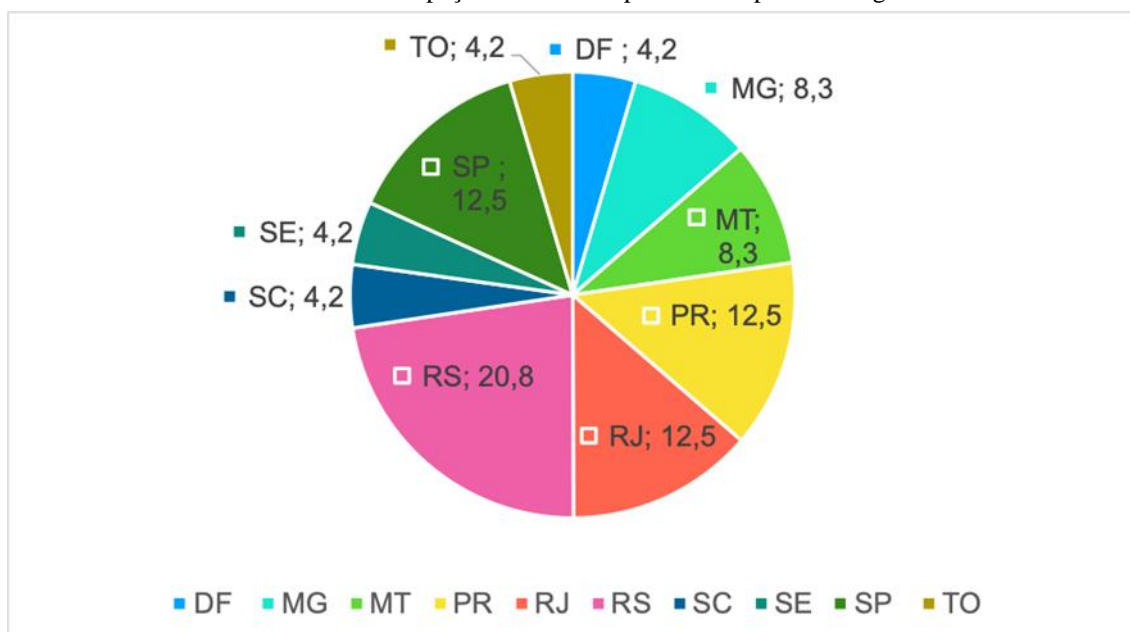
Fonte: elaborado pela autora.

Com relação a matéria, os projetos apensados possuem similaridades e discrepâncias, como demonstrado no Anexo 1, a comissão especial concatenou projetos que versam sobre proibição de alguns fitossanitários e projetos que versam sobre liberação e patente mais flexível.

Todos os projetos descritos no Quadro 6 foram suprimidos pelo texto do projeto principal, dada a similaridade da matéria e necessidade de aprovação conjunta para evitar incoerências legislativas. Nota-se que a oposição solicitou que a população fosse ouvida em todos os estados por meio de audiências públicas, no entanto a proposta foi aprovada e enviada ao senado após a realização de apenas uma audiência pública.

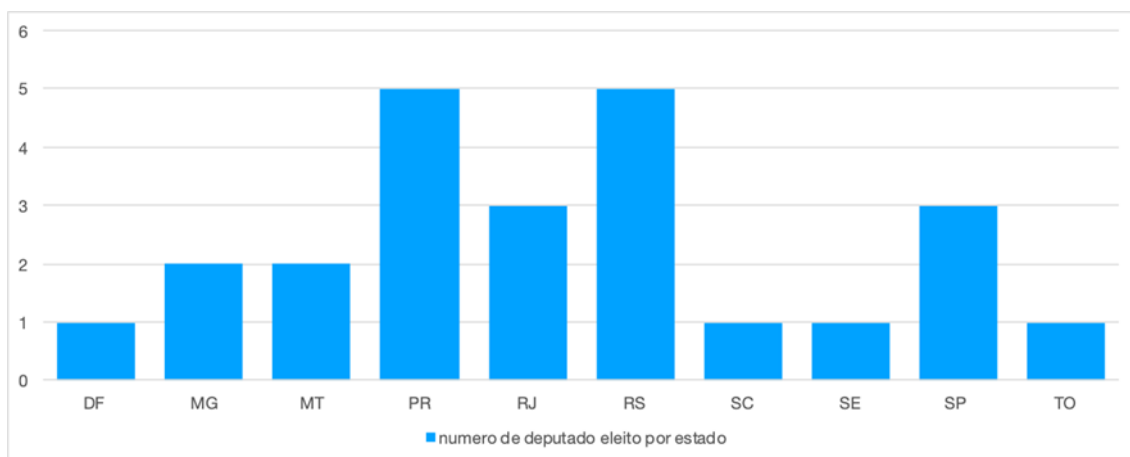
4.2 ANÁLISE DESCRITIVA

A partir dos dados coletados, podem ser observados os seguintes resultados preliminares: inicialmente identificar os deputados que participaram do processo legislativo de acordo com o estado que o elegeu, o estado com mais participação foi o Rio Grande do Sul com 20,8% de participação no processo legislativo que aprovou o projeto de lei de flexibilização dos fitossanitários, seguido por São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná igualmente com 12,5% de participação, Minas Gerais, Mato Grosso com 8,3%, Distrito Federal, Tocantins, Sergipe e Santa Catarina com 4,2%.

GRÁFICO 1 – Participação dos estados por voto no processo legislativo

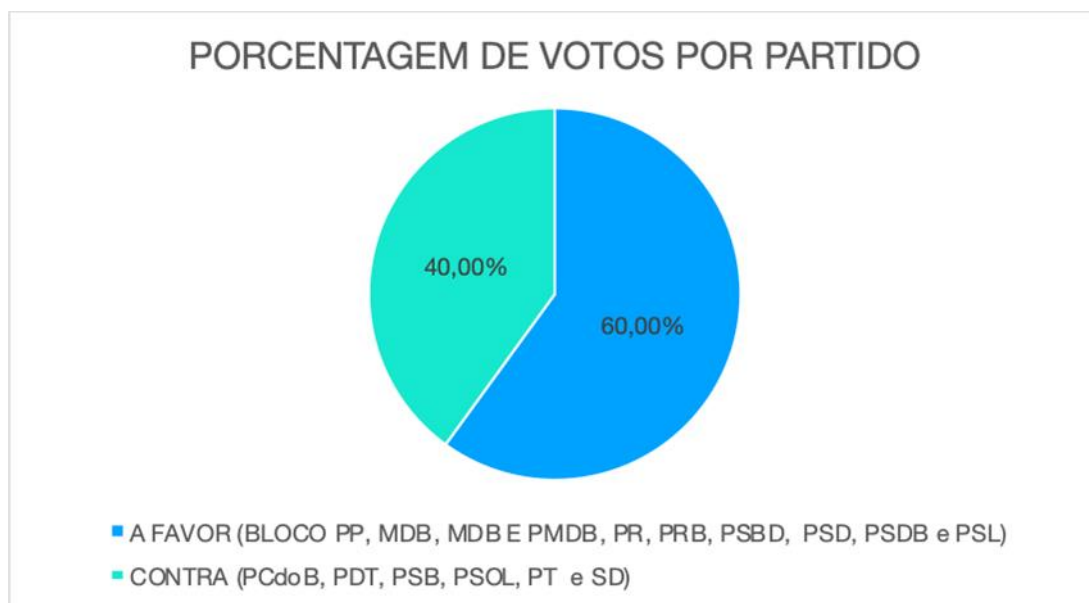
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Ainda com relação aos Deputados por Unidade da Federação, a representação a seguir demonstra quais estados possuem mais representação na Comissão Especial:

GRÁFICO 2 – Número de deputados por estado na Comissão Especial

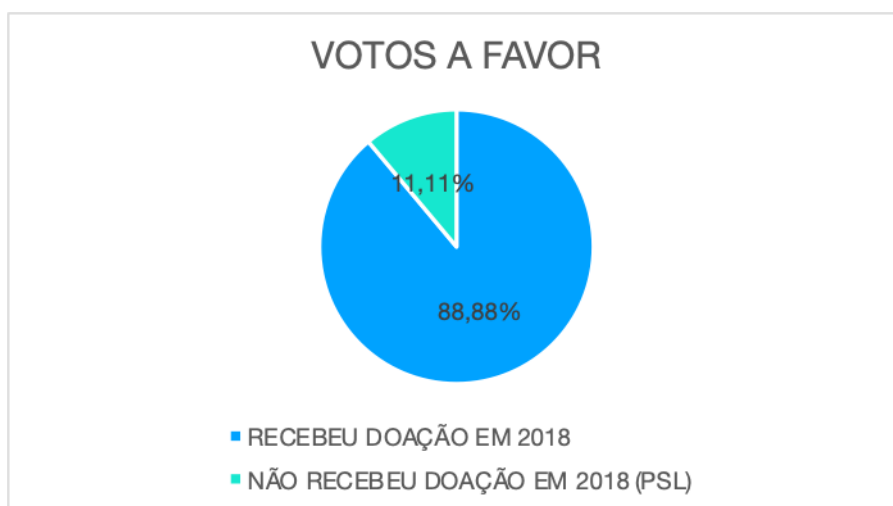
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados

No momento da Votação do projeto de Lei, o percentual que aprovou o projeto, bem como quais partidos integraram este percentual segue representado no gráfico:

GRÁFICO 3 – Porcentagem de votos por posicionamento (favorável ou contra)

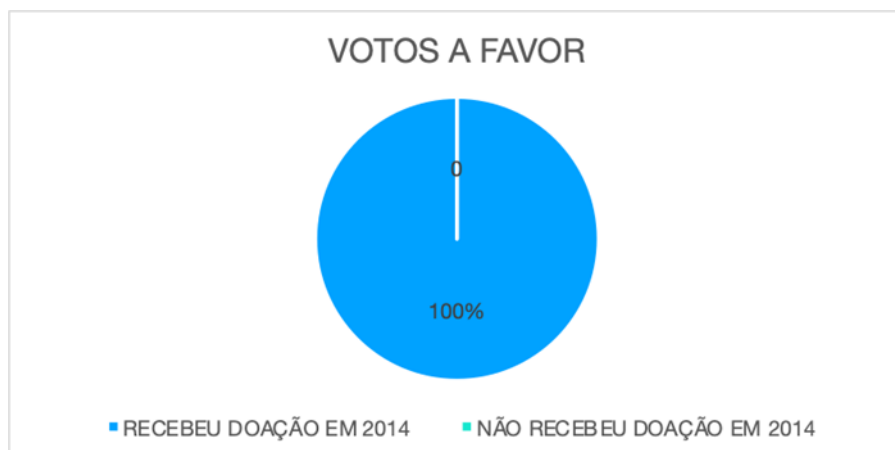
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Do percentual de Deputados que votaram a favor, apenas um não recebeu doação das empresas beneficiadas pelo projeto em 2018:

GRÁFICO 4 – Distribuição de doações entre os votos favoráveis em 2014

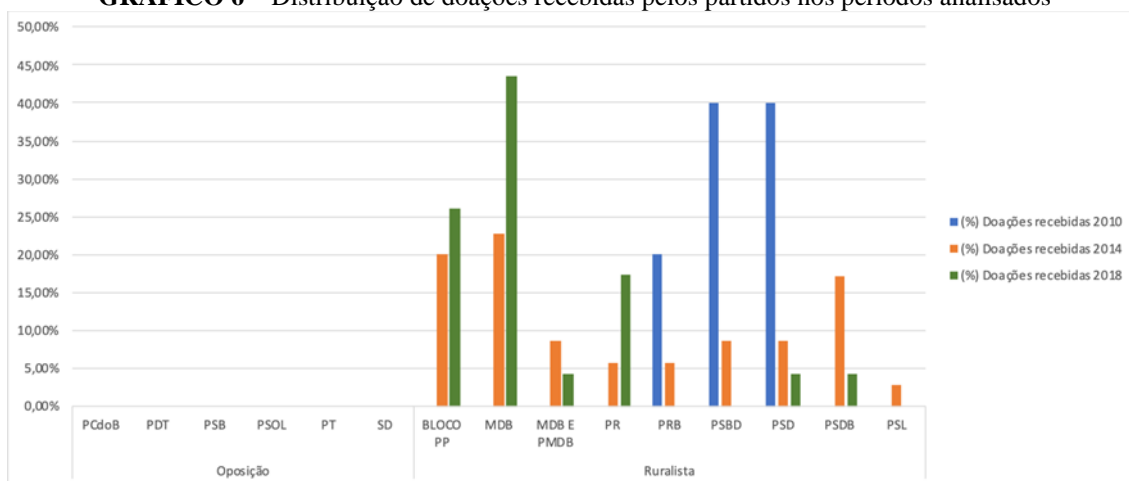
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

No entanto, todos receberam doações das empresas beneficiadas pelo projeto em 2014:

GRÁFICO 5 – Distribuição de doações entre os votos favoráveis em 2014

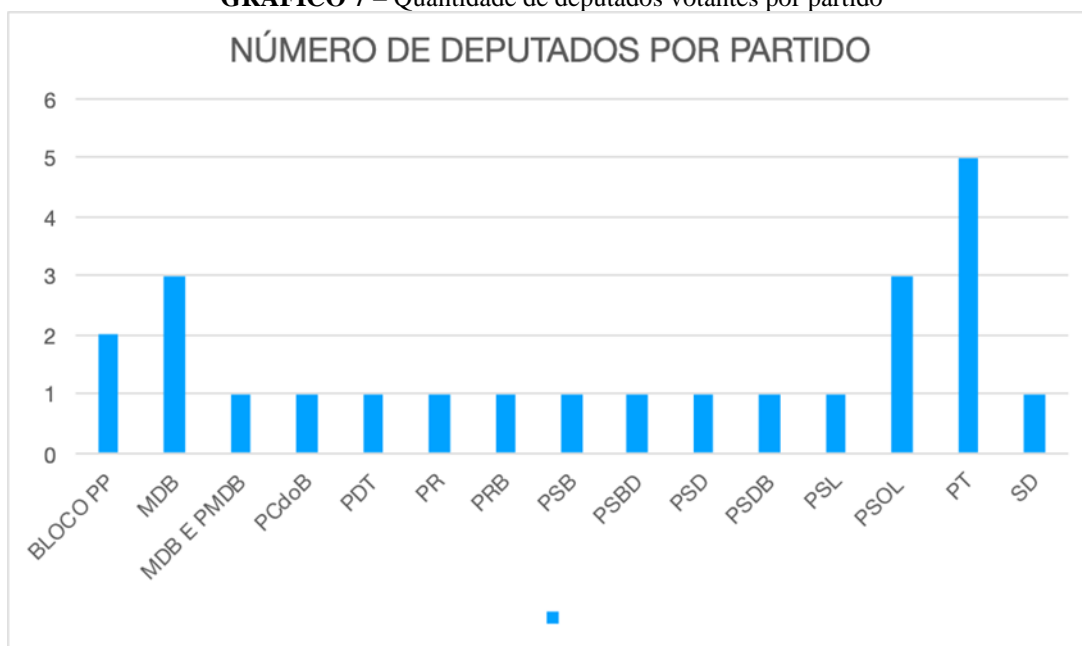
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

O Gráfico abaixo ilustra as doações por partido em 2010, 2014 e 2018:

GRÁFICO 6 – Distribuição de doações recebidas pelos partidos nos períodos analisados

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

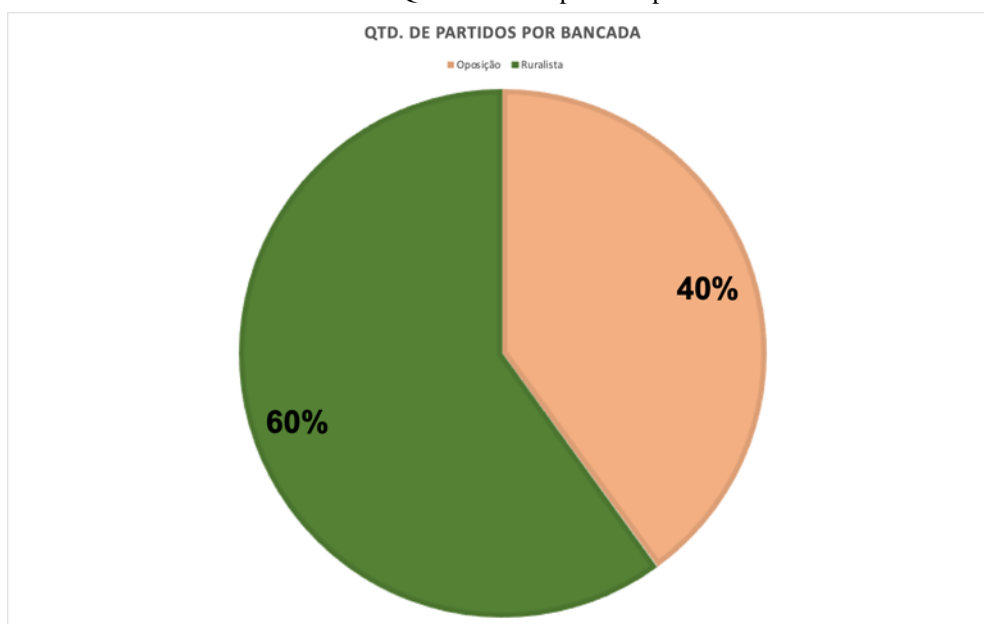
A desproporção de deputados por partido, também aparece na análise, mesmo o Partido dos Trabalhadores possuindo maior número de representação, e integrando a oposição, e por consequência votando contra o projeto, não obteve sucesso:

GRÁFICO 7 – Quantidade de deputados votantes por partido

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Esta composição transcreve o momento político que o país vivia no momento da aprovação, o Partido dos Trabalhadores em 2014 assumia a presidência para o 2º mandato da Presidenta Dilma, o projeto foi a votação em 2015, no entanto a oposição ainda se opunha as questões ambientais e agrárias dispostas na legenda partidária do PT.

Quanto a composição de partidos por bancada, esta se demonstra desigual:

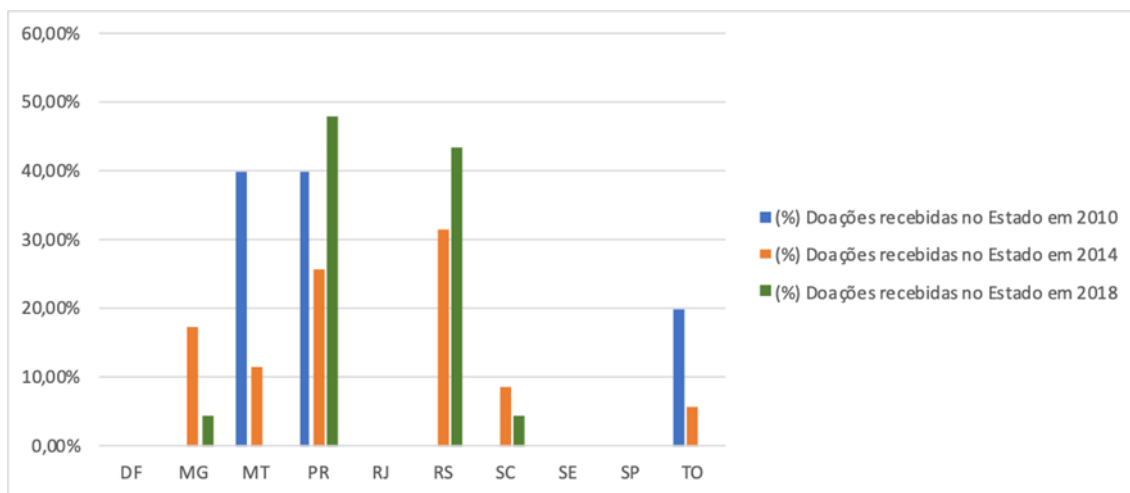
GRÁFICO 8 – Quantidade de partidos por bancada

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Ressalta-se que os doadores, possuem atividade devidamente ligada a matéria tratada no projeto de Lei, e sofreram um recorte financeiro de R\$ 200.000,00.

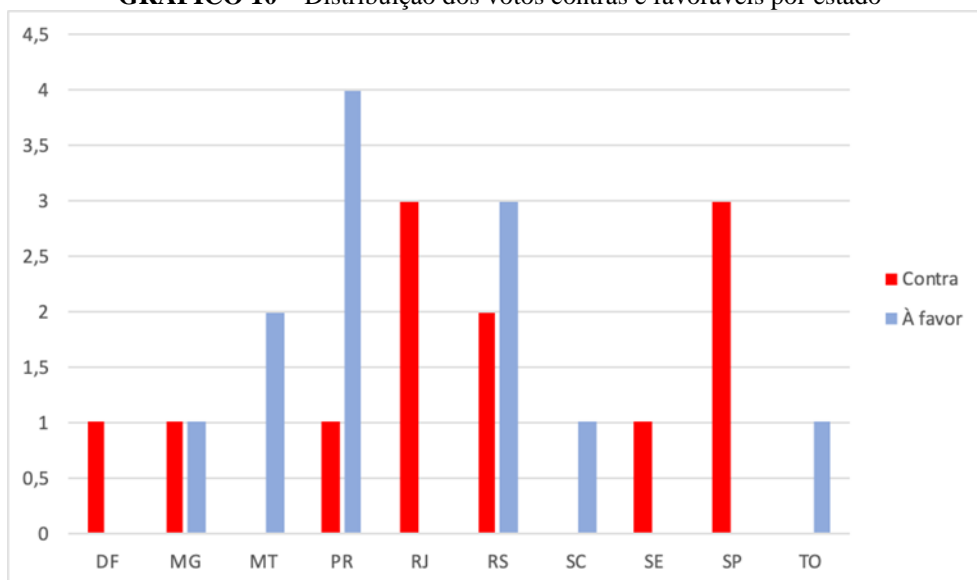
Quanto as doações recebidas por estado, o gráfico a seguir dispõe da seguinte forma:

GRÁFICO 9 – Doações distribuídas por estado nos períodos analisados



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

GRÁFICO 10 – Distribuição dos votos contras e favoráveis por estado



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

4.3 ANÁLISE DE REDES

A discussão entre a teoria de Redes Sociais é apresentada neste próximo tópico. Mas antes, é necessário exaurir a Teoria de redes sociais e os conceitos de poder adotados por esta, suas limitações, críticas e falhas.

A análise de redes e as suas estruturas, requer para compreensão desta, primeiro a sua definição como um conjunto de relacionamentos, no esforço da predominância, das ações cooperadas, baseadas na confiança e comprometimento, e nas regras formais e implícitas, que é poder, que buscam minimizar as assimetrias e conflitos de interesses (GIGLIO; RIMOLI; SANTOS, 2012).

Poder é conceituado como a capacidade de um ator influenciar outros, e juntos agem para obter resultados favoráveis (LEVESQUE, 2017). O poder possui duas vertentes, podendo ser uma vantagem particular de alguém em relação ao coletivo, nesta enseada o poder é um recurso que se tem, ou se obtém, seja tangível, ou intangível. A outra perspectiva, mais weberiana, em que o poder advém de uma autoridade tradicional, os participantes reconhecem a autoridade legítima deste poder, o que o legitima (GIGLIO; RIMOLI; SANTOS, 2012).

Existe uma ambivalência sobre a compreensão do conceito de poder, tanto como fenômeno, prejudicial ao funcionamento organizacional, quanto uma política organizacional, como um resultado do uso de poder. Neste último deve ser controlado pelos executivos, no entanto, é necessário identificar as bases de poder de quem é influente e como fazer para influenciá-lo (PFEFFER; SALANCIK; 1992).

Por fim, de acordo com Giglio, Rimoli e Santos (2012) a característica do poder pode ser conceituada em cinco perspectivas. A primeira como ideia básica de poder; a segunda utiliza o poder como posse, de um recurso, uma especialidade, um conhecimento, credibilidade, prestígio, implica em poder do detentor; a terceira perspectiva utiliza o poder como autoridade, o lugar social legítimo do sujeito lhe confere poder; a quarta perspectiva, utiliza poder como exercício, este presente nas relações independente da posse, ou legitimidade; e a última perspectiva utiliza o poder como solução, que vem de regras e normas como manifestações de poder e solucionam conflitos.

Os cliques, que para Granovetter (2007) são definidos como os laços imersos, têm características como, conformidade no comportamento dos parceiros, arranjo pra a

solução de problemas, e o que mais interessa para este artigo, possui confiança. Estas características são independentes. **A confiança**, encontrada em laços fortes, e que define a centralidade e definem o resultado final da rede, é definida como a crença de que um parceiro de troca não agiria em interesse próprio, que também serve de inibidor ao oportunismo, operando como uma heurística. A mesma função tem o **comprometimento**.

À nível de análise, Giglio, Rimoli e Santos (2012) em busca de entender como o poder é independente de qualquer outra característica encontrada na rede, desenvolveram o Quadro 7 que segue:

QUADRO 7 – Análise dos cliques

Pilar	Nível de Análise		
	Díade - Relação entre atores	Ego - Relação do ator com o grupo	Rede - relações entre todos os atores
Acesso a Recursos	Laços fortes e fracos determinando a transferência de conhecimento	centralidade determinando o acesso à informação.	Redes geram dorecurso regional.
Confiança	Laços fortes incrementam a confiança e o desempenho	a Centralidade resulta na confiança	Os resultados da rede incrementam a confiança
Poder	Assimetrias e dependências criam laços e restrições de comportamento	Poder de posição do sujeito conforme seus nós	Redes criam blocos estratégicos (poder de competição)
Sinais	Sinais de confiança e de poder nas relações	Sinais de centralidade resultando em confiança e poder	Sinais internos e externos indicando poder e confiabilidade da rede

Fonte: Giglio, Rimoli e Santos (2012)

Esta perspectiva permite identificar como o poder pode se manifestar na forma de um pilar para a compreensão das redes. Giglio, Rimoli e Santos (2012) concluíram que sua exclusão causa viés de compreensão do fenômeno sendo um limite. Colocá-lo como variável secundária também não é adequado pois resultaria em falhas na análise, mas pelo menos já o torna presente, uma crítica para os estudos realizados até o momento. Essa inserção, no entanto, não é fácil de ser realizada, conforme vimos na análise dos autores colocados como básicos para o tema.

Para a Teoria de Redes Sociais o poder aparece como pilar para a compreensão da rede, esta característica atribuída ao poder pelos autores da brecha a falhas na análise, pois não é possível outra análise sem este pilar. Dito isto, antes de analisar o poder econômico, como pilar de compreensão da rede, primeiro verificamos a intensidade das relações entre os deputados no momento da votação, ou seja, a relação entre os deputados possui força (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUN, 1979), para isto todas as interações entre os deputados no momento da votação em 19 de junho de 2018.

Para manter a heterogenidade dos dados, foram realizadas duas matrizes, na (i) os deputados que votaram de forma igual, aprovando ou não o PLFF, na (ii) apresenta os deputados e seus financiadores, e se eles foram financiados uma vez, duas vezes ou três

vezes pelo mesmo financiador, ou seja, se eles foram financiados em 2010, 2014 ou 2018, uma única vez, duas ou mais vezes.

A Primeira matriz, apresenta a similaridade na votação, somente entre os deputados, na segunda matriz, procura-se identificar a relação dos deputados e financiadores, estabelecendo o critério de financiado uma vez, duas ou mais vezes.

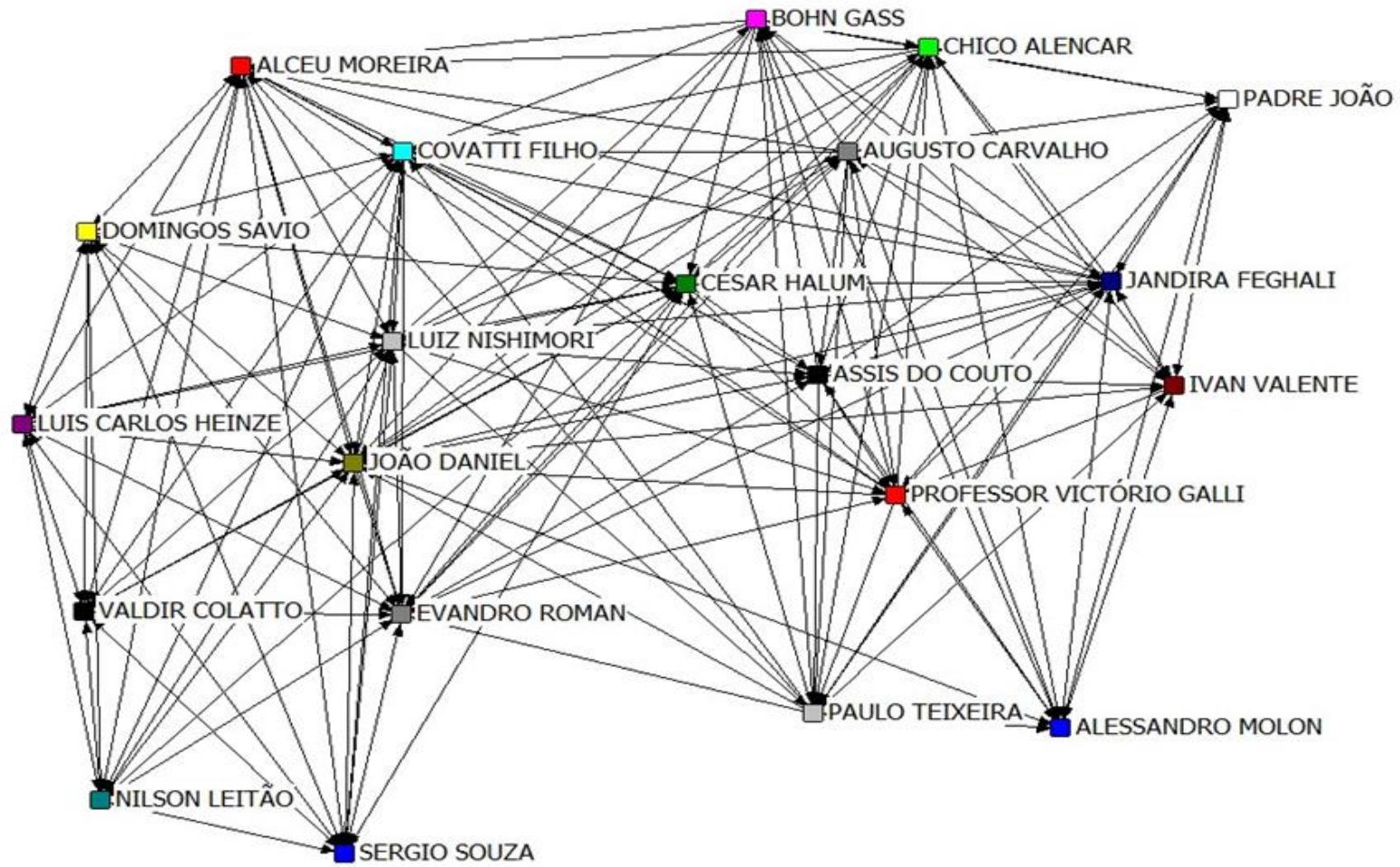
Esta primeira fase indicou que em uma escala de interação entre os Deputados em uma escala de 1 à 100 da seguinte forma:

FIGURA 2– Grafo de interação entre os deputados

Degree Measures

		1	2	3	4
		Outdeg	Indeg	nOutdeg	nIndeg
1	ALESSANDRO MOLON	9.000	9.000	0.450	0.450
2	IVAN VALENTE	9.000	9.000	0.450	0.450
3	SERGIO SOUZA	10.000	10.000	0.500	0.500
4	VALDIR COLATTO	10.000	10.000	0.500	0.500
5	DOMINGOS SÁVIO	10.000	10.000	0.500	0.500
6	LUIS CARLOS HEINZE	10.000	10.000	0.500	0.500
7	PADRE JOÃO	9.000	9.000	0.450	0.450
8	LUIZ NISHIMORI	11.000	10.000	0.550	0.500
9	NILSON LEITÃO	10.000	9.000	0.500	0.450
10	CHICO ALENCAR	8.000	10.000	0.400	0.500
11	PAULO TEIXEIRA	9.000	9.000	0.450	0.450
12	BOHN GASS	10.000	8.000	0.500	0.400
13	JANDIRA FEGHALI	11.000	7.000	0.550	0.350
14	EVANDRO ROMAN	9.000	13.000	0.450	0.650
15	CÉSAR HALUM	10.000	12.000	0.500	0.600
16	PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	8.000	8.000	0.400	0.400
17	JOÃO DANIEL	12.000	12.000	0.600	0.600
18	ASSIS DO COUTO	10.000	8.000	0.500	0.400
19	AUGUSTO CARVALHO	11.000	7.000	0.550	0.350
20	COVATTI FILHO	9.000	13.000	0.450	0.650
21	ALCEU MOREIRA	10.000	12.000	0.500	0.600

21 rows, 4 columns, 1 levels.



Fonte: elaborado pela autora utilizando o software Ucinet.

Para este grafo, foram consideradas as votações similares, e interações, ou seja, o Deputado Cesar Halum localizado ao centro do grafo vota em similaridade Luiz Nishimori e demais que se posicionaram a favor, no entanto ele interage e refuta a fala de quase toda a bancada da oposição que vota a contra, os Deputados com mais interações e similaridade definem a votação.

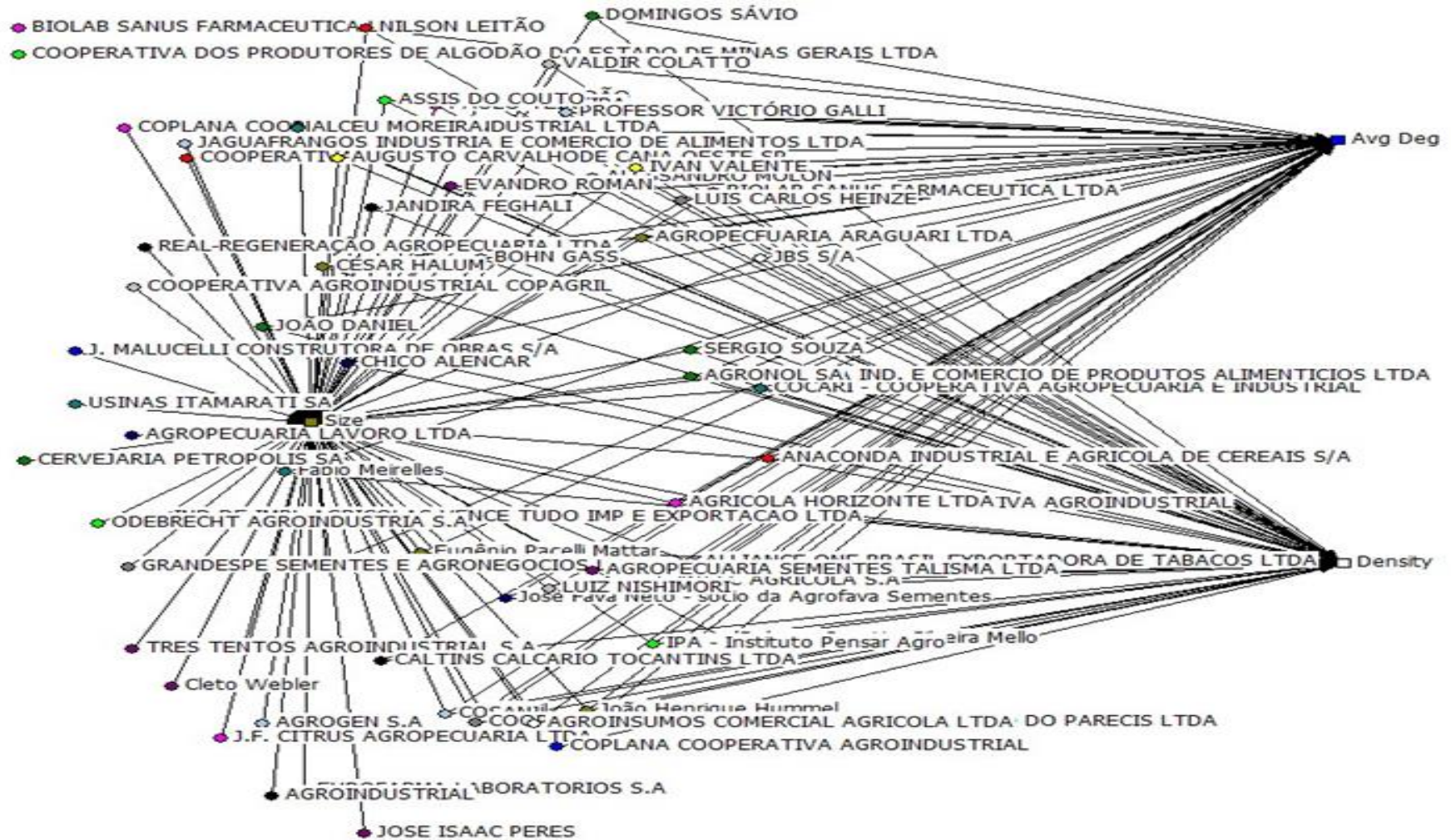
A quantidade de relações e interações permite a aplicação da distância geodésica entre os deputados no momento da votação, o *degree* considera a quantidade de relações.

Na segunda fase, a elaboração se deu aplicando em uma escala de 1 a 100 interações entre os deputados e financiadores, o primeiro grafo apresenta onde há intensidade e reciprocidade entre os atores, o segundo grafo apresenta onde há mais de um investimento financeiro entre os atores.

FIGURA 3— Grafo representativo de intensidade e reciprocidade entre deputados e financiadores

		1	2	3
		Degree	NrmDegree	Share
69	ALCEU MOREIRA	43.000	31.159	0.062
68	COVATTI FILHO	41.000	29.710	0.059
62	EVANDRO ROMAN	38.000	27.536	0.055
63	COSAR HALUM	35.000	25.362	0.051
65	JOAO DANIEL	34.000	24.638	0.049
56	LUIZ NISHIMORI	34.000	24.638	0.049
54	LUIS CARLOS HEINZE	31.000	22.464	0.045
53	DOMINGOS SOVIO	30.000	21.739	0.043
51	SERGIO SOUZA	29.000	21.014	0.042
57	NILSON LEITAO	25.000	18.116	0.036
52	VALDIR COLATTO	25.000	18.116	0.036
58	CHICO ALENCAR	20.000	14.493	0.029
64	PROFESSOR VICTORIO GALLI	20.000	14.493	0.029
59	PAULO TEIXEIRA	20.000	14.493	0.029
60	BOHN GASS	20.000	14.493	0.029
61	JANDIRA FEGHALI	20.000	14.493	0.029
66	ASSIS DO COUTO	17.000	12.319	0.025
67	AUGUSTO CARVALHO	17.000	12.319	0.025
50	IVAN VALENTE	10.000	7.246	0.014
49	ALESSANDRO MOLON	10.000	7.246	0.014
10	Cargil	9.000	6.522	0.013
55	PADRE JOAO	9.000	6.522	0.013
14	COOPERATIVA AGR PROD CANA DE CAMPO NOVO DO PARECIS LTDA	7.000	5.072	0.010
30	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	7.000	5.072	0.010
4	Fábio Meirelles	6.000	4.348	0.009
31	AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA	6.000	4.348	0.009
5	Valdinei Antonio Da Silva	6.000	4.348	0.009
2	João Henrique Hummel	5.000	3.623	0.007
12	SLC AGRICOLA S.A	5.000	3.623	0.007
18	AGROPECUARIA LAVORO LTDA	5.000	3.623	0.007
39	AGROPECUARIA SEMENTES TALISMA LTDA	5.000	3.623	0.007
29	COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL	5.000	3.623	0.007
1	Rubens Ometto Silveira Mello	5.000	3.623	0.007
17	IPA - Instituto Pensar Agro	5.000	3.623	0.007
11	COSAN	4.000	2.899	0.006
36	CALTINS CALCARTO TOCANTINS LTDA	4.000	2.899	0.006
6	João Fava Neto - sócio da AgroFava Sementes	4.000	2.899	0.006
16	ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA	4.000	2.899	0.006
47	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	4.000	2.899	0.006
27	COPLANA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	4.000	2.899	0.006
33	USINAS ITAMARATI SA	4.000	2.899	0.006
38	ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S/A	4.000	2.899	0.006
34	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRI	4.000	2.899	0.006
19	REAL-REGENERAO AGROPECUARIA LTDA	3.000	2.174	0.004
44	COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CAVA OESTE SP	3.000	2.174	0.004
22	J.F. CITRUS AGROPECUARIA LTDA	3.000	2.174	0.004
46	AGROPECUARIA ARAGUARI LTDA	3.000	2.174	0.004
37	AGRICOLA HORIZONTE LTDA	3.000	2.174	0.004
42	JAGUAFRANGOS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	2.000	1.449	0.003
9	Cleto Weblar	2.000	1.449	0.003
24	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	2.000	1.449	0.003
25	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ALGODOO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA	2.000	1.449	0.003
15	IND DE IMPL AGRICOLAS VENCE TUDO IMP E EXPORTACAO LTDA	2.000	1.449	0.003
20	AGROGEN S.A	2.000	1.449	0.003
3	Eduardo Pacelli Mattar	2.000	1.449	0.003
41	LUA NOVA IND. E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	2.000	1.449	0.003
23	AGROINDUSTRIAL	2.000	1.449	0.003
32	COPERSUCAR SA	2.000	1.449	0.003
43	JBS S/A	2.000	1.449	0.003
40	CERVEJARIA PETROPOLIS SA	2.000	1.449	0.003
45	AGRONOL SA	2.000	1.449	0.003
21	EUROFARMA LABORATORIOS S.A	2.000	1.449	0.003
48	COPLANA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LTDA	2.000	1.449	0.003
35	J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S/A	2.000	1.449	0.003
28	OEBRECHT AGROINDUSTRIA S.A	1.000	0.725	0.001
13	GRANDESPE SEMENTES E AGRONEGOCIOS LTDA	1.000	0.725	0.001
7	JOSE ISAAC PERES	1.000	0.725	0.001
26	TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A	1.000	0.725	0.001
8	Orcival Gouveia Guimarães	1.000	0.725	0.001

FIGURA 4 – Grafo representativo das interações onde há mais de investimento financeiro entre os atores



Fonte: elaborado pela autora utilizando o software Ucinet.

Para mensurar as doações, a distância geodésica serviu para verificar o tempo da doação, se em 2010, 2014 ou 2018, se em uma duas ou mais vezes o financiador doou valores ao Deputado, também foi possível identificar em quantos deputados o mesmo financiador investiu.

A Bancada Ruralista recebeu 99% dos investimentos com recorte financeiro aplicado para as doações a partir de 200.000 mil reais, as empresas doam mais de uma vez ao mesmo deputado ou a outro que o substitui, nesta mesma perspectiva a bancada da oposição, não aparece quando são identificadas apenas doações com valores, a bancada da oposição que votou contra o projeto de lei, não recebeu doações acima de 200.000 mil reais.

Para a Teoria de Redes, a centralidade determina o acesso à informação, e no caso da rede dos Deputados a centralidade também definiu o acesso a recursos, o Deputado ao centro do Grafo 1, Cesar Halun e Covatti Filho, Luiz Nishimori, João Daniel e Evandro Roman, forma uma tríade, e receberam maior número de doações, bem como apresentaram o maior número de interações, esta posição do Deputado na rede se é poder, como posição e como recurso

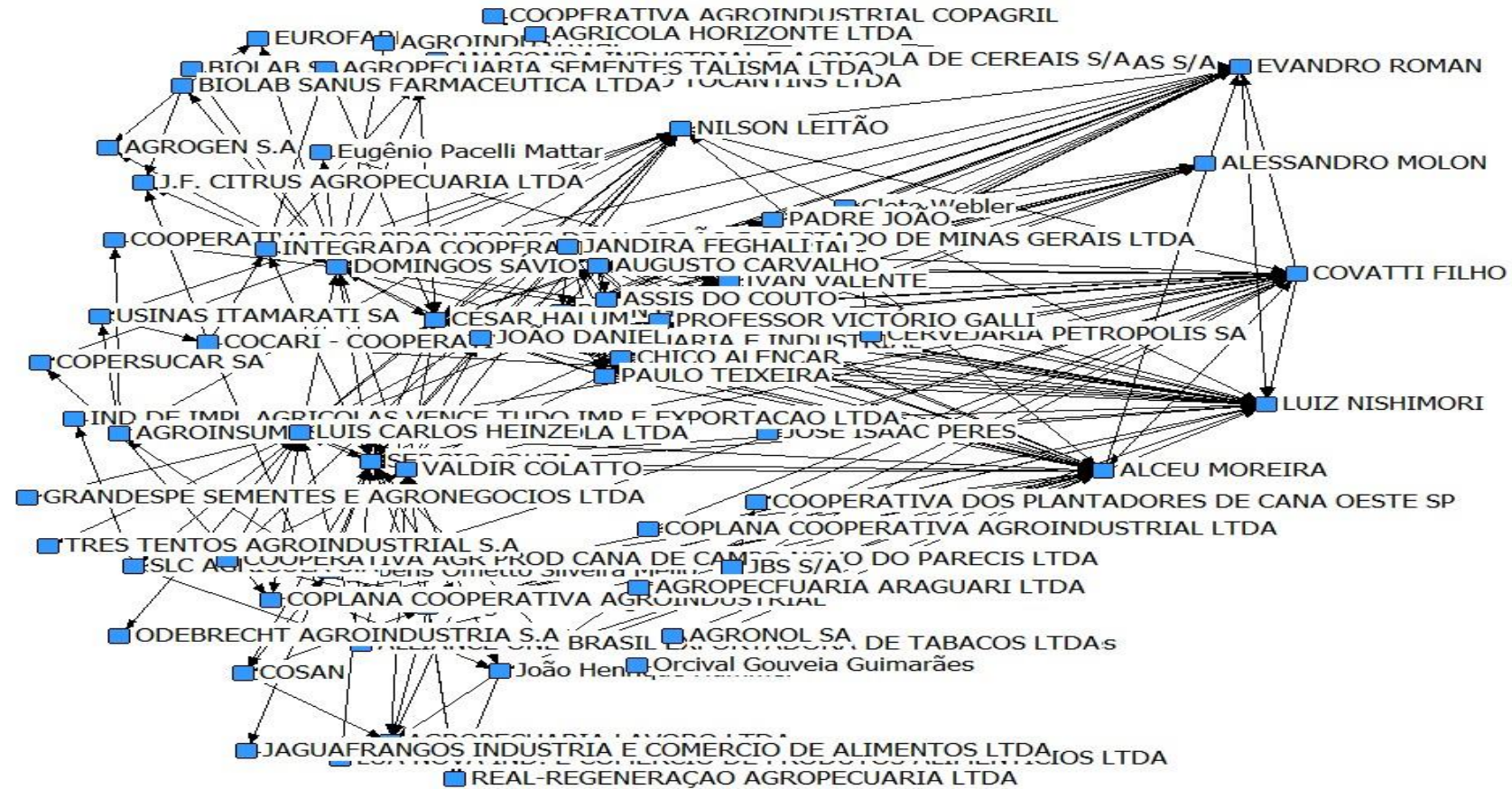
O Grafo a seguir apresenta os atores com maior nível de interação e recurso na rede dos deputados e financiadores, identificamos que os recursos são destinados ao atores principais, que detém poder e informação, o poder como recurso para a Teoria de Redes, gera assimetria com relação a outros atores, e estes por sua vez formam uma panelinha, pois seus partidos recebem de forma permanente dos mesmos financiadores, o que lhes garante uma cadeira na banca Ruralista, em contra partida, a oposição forma uma coalizão, sendo temporária, essa temporalidade pode ser limitadora de acesso a recursos como informação e financiamento, já que a atividade dos maiores financiadores da Bancada Ruralista é ligada ao Agronegócio ou Pecuária.

A similaridade aparece e evidencia a bancada ruralista e oposição, bem como esta demonstra que os grupos definidos de forma permanente denominados pelo referencial teórico como panelinhas, e possibilitam a aquisição maior de recursos, pois dado o recorte financeiro aplicado na base, a bancada da oposição, recebe recursos e possui muitos desses recursos aprovados pelo DivulgaContas do Tribunal Superior Eleitoral, mas são inferiores em valor monetário.

A centralidade da Rede medida que aplica a distância geodésica entre um ponto e outro, ou seja, entre um ator e outro, somando todas as distâncias, e sendo menor a centralidade (*closeness*) o ator está mais próximo a outro ponto da rede, esta centralidade aparece em todos os grafos, apresentando os seguintes atores centrais: Luiz Nishimori, João Daniel, Evandro Roman e Covatti Filho, eles detém o maior número de interações e financiamentos, e fazem parte da Bancada Ruralista, que se encaixa no conceito de panelinha.

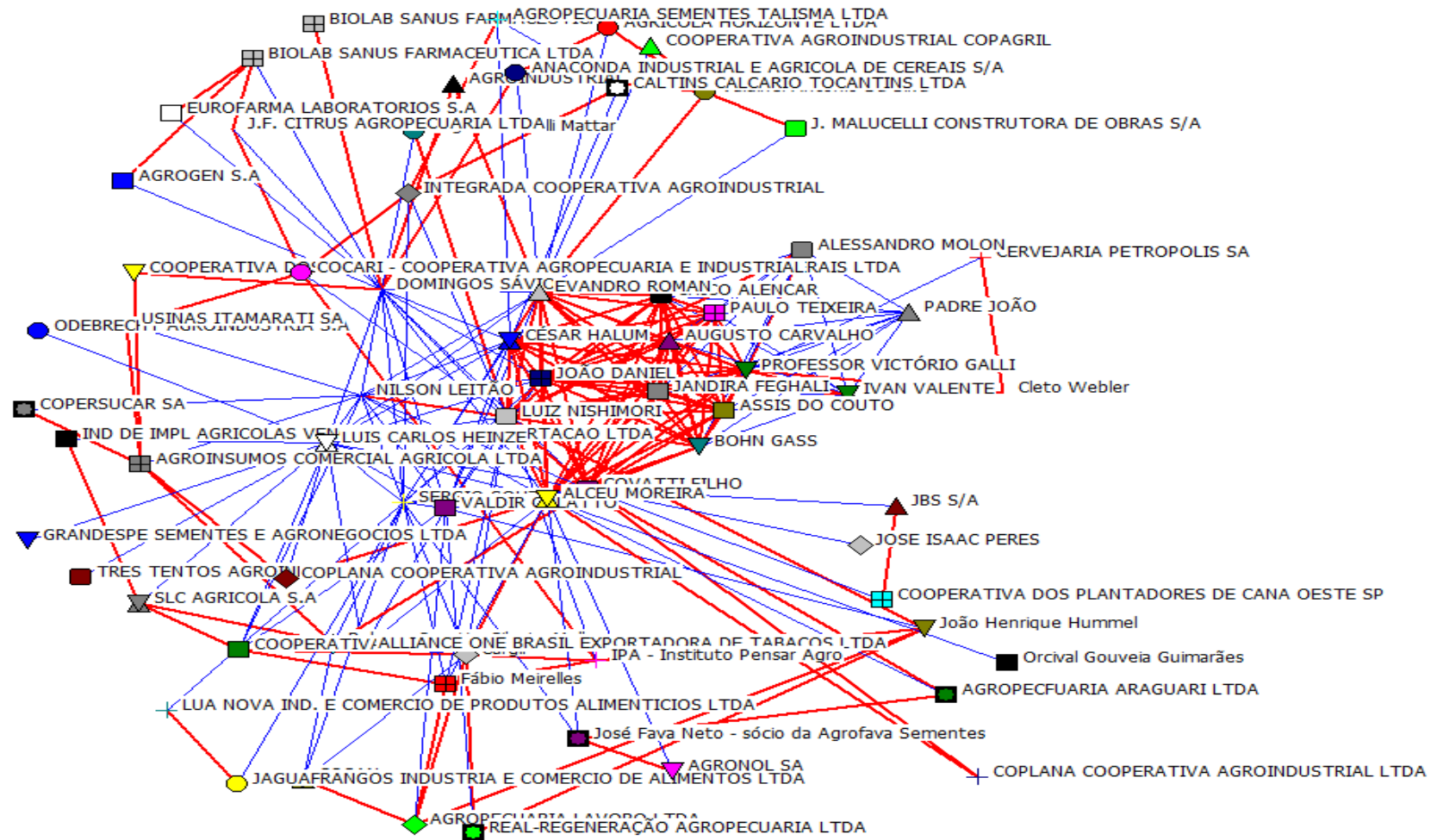
No grafo a seguir a Rede mede a extensão de localização de um ponto a outro, e expressa a capacidade destes atores centrais conectar outros pontos da Rede, influenciando e possuindo dependência financeira dos financiadores, que margeiam a rede, influenciando-a mas não aparecendo como ator central.

FIGURA 5 – Grafo de reciprocidade de informações e financiamentos



Fonte: elaborado pela autora utilizando o software Ucinet

FIGURA 6 – Grafo de posição dos atores e as doações recebidas



Fonte: elaborado pela autora utilizando o software Ucinet

Para facilitar a visualizar onde há financiamento, a rede cima apresenta a linha azul demonstrando os laços entre os doadores e deputados financiados uma única vez, e em vermelho a linha apresenta os laços com duas ou mais doações do mesmo doador e deputado.

Esta rede evidencia a centralidade da Banca Ruralista, na centralidade da rede aparece Evandro Roman, Cesar Halum, Covatti Filho, Luiz Nishimori, todos da Bancada Ruralista, todos com maior número de interações e financiamentos na fase da candidatura.

Os grafos apresentam redes que evidenciam os atores com centralidade, poder, dependência e acesso a financiamento de campanha, os atores com maior financiamento definem e aprovam a matéria relativa a flexibilização dos fitossanitários.

Este estudo demonstra as redes com laços que possuem intensidade e reciprocidade, a rede que aprova o projeto de lei é maioria na Câmara dos Deputados e todos os deputados que votaram a favor fazem parte da Bancada Ruralista e da Frente Parlamentar Agrária (FPA), estes atores sendo maioria não só na comissão que aprova o PLFF, como também na Câmara definem a agenda legislativa.

Do ponto de vista de teórico a rede desenha as relações que possuem poder econômico desde campanha do deputado, e ainda, em alguns casos mais de uma vez, este perfil de rede é descrito por Prates (2009) em que a rede apresenta relações entre os integrantes do próprio grupo social, são um recurso estratégico para Por laços fortes, o autor menciona a relação com o conceito de “capital social”, uma vez a Rede que tem uma ação coletiva, esta ação coletiva quando possui êxito dá ao grupo que ela pertence eficácia.

A ação de aprovação do PLFF demonstra a eficácia da Bancada Ruralista, demonstra a estratégia que este grupo possui para aprovar a matéria de seu interesse e definir a agenda legislativa, esta ação apresentada como recurso do grupo destaca a necessidade dos financiadores em manter este grupo com apoio econômico.

Os cliks ou nós existentes na rede possuem conexões entre os financiadores e os deputados, essas ligações como descrito por Marin (2011) podem ser entre organizações e pessoas ou somente entre pessoas, ou seja um organização pode ser um ator na rede, com cliks, as organizações apresentadas na Rede acima são atores que possuem atividade voltada para o agronegócio, o próprio nome do ator permite identificar

a sua atividade econômica, encontrar estes nós, estes cliks, entre os deputados e organizações, foi a tarefa que mais exigiu atenção, os deputados recebem o financiamento durante a campanha, e eleitos ou não, devem apresentar a prestação de contas com todas as doações e gastos da campanha, que depois, são aprovadas ou não pelo Tribunal Superior Eleitoral, das contas aprovadas se extraiu todos os doadores, de todos os deputados pertencentes a comissão especial que aprovou o PLFF na Câmara dos Deputados, após a identificação destas doações, aplicou-se o recorte financeiro.

O Clik da relação entre o deputado e a organização, surge neste momento, em que a doação foi aprovada e é pública, surge no momento em que a doação é ratificada pela ação do Tribunal Superior Eleitoral em aprovar a doação, esses cliks, são entre organizações e pessoas, isso demonstra de forma clara como a teoria ajuda no processo de compreensão da rede, é importante ressaltar que a organização também faz parte desse grupo que possui como recurso a ação coletiva.

O estudo contribui para entender os laços e atores envolvidos no momento da aprovação do PLFF, essas relações deveriam ter por objetivo a sustentabilidade uma vez que o projeto decide grandes impactos no meio ambiente, ampliando a utilização de fitossanitários atualmente impedidos de circular no território nacional.

O Estado exerce políticas públicas voltadas para o bem estar da sociedade, estas por suas vez são apresentadas e regidas por normas criadas pelo Estado, aqui chamamos este momento de processo legislativo, onde identificamos o momento do nascimento, da existência da norma, quando ela é aprovada.

Esta prática do Estado, é semelhante ao conceito de práticas organizacionais que devem se orientar por práticas sustentáveis, Sachs (2012) elenca as dimensões da sustentabilidade que devem orientar as ações, no entanto, ao elaborar o PLFF a sustentabilidade teve como ponto de partida tão somente a necessidade de se compartilhar tecnologias entre países, o PLFF flexibiliza a utilização de fitossanitários e aumenta a utilização de insumos agrícolas, no entanto, não há relação dos atores com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, sendo o único momento em que ele aparece é como objetivo de erradicar a fome por meio do aumento da produção de alimentos, justificando a propositura do Projeto de Lei de Flexibilização dos Fitossanitários.

A oposição justifica a negativa em votar pela aprovação do Projeto de Lei por ausência de consulta pública a população por meio de Audiências Públicas, os

documentos relacionados a requerimentos a Comissão de Constituição e Justiça que fazem parte do corpus da pesquisa, extraídos conjuntamente com todos os documentos do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, não apresenta solicitações fundamentadas na sustentabilidade e tão somente na ausência de consultas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender de que forma as relações entre os atores envolvidos no momento da aprovação do PLFF na Câmara dos Deputados Federais é influenciada e direcionada por atores com acesso a recursos, os financiadores. Para tanto, formulou-se os seguintes objetivos específicos: Identificar a formação da Comissão especial destinada a aprovação do PLFF dos Fitossanitários na Câmara dos Deputados e seus financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018; Descrever a qual bancada e qual valor os candidatos identificados acima receberam e qual atividade do financiador; Verificar as relações entre os candidatos no momento da votação; Mapear as relações entre os deputados e financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018; Analisar as características dos atores e dos laços existentes entre os candidatos e seus financiadores e sua relação com o segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Com relação ao objetivo específico número um, Identificar a formação da Comissão especial destinada a aprovação do Projeto de Lei Flexibilização dos Fitossanitários na Câmara dos Deputados e seus financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018, a formação da comissão especial que aprovou o projeto na Câmara se deu com base no Regimento Interno da casa por designação do Presidente desta à época, a partir da individualização destes indivíduos aliada aos documentos, currículos legislativos, foi possível averiguar o partido, a bancada, o número de eleições que disputou, após esta individualização e categorização dos Deputados, a busca se inicia no site do Tribunal Superior Eleitoral na ferramenta DivulgaContas para identificar os financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018.

O segundo objetivo específico “Descrever a qual bancada e qual valor os candidatos identificados acima receberam e qual atividade do financiador”, a partir do currículo legislativo de cada Deputado pertencente a Comissão Especial foi possível identificar a Bancada em que ele atua na casa, após aplicou-se o recorte financeiro para identificar as doações acima de duzentos mil reais, e assim poder identificar os maiores doadores e a atividade econômica dos financiadores.

O terceiro objetivo específico consistia em verificar as relações entre os candidatos no momento da votação, para cumprir com este objetivo a pesquisa se deu

bom a tabulação das relações, encontrando quais os financiadores investiram uma, duas ou mais vezes e em quais deputados.

Em relação ao objetivo específico 3 mapear as relações entre os deputados e financiadores nas eleições de 2010, 2014 e 2018, para mapear as relações utilizamos o programa Ucinet que permite gerar um grafo com a Rede das relações identificadas, as relações também objetivaram identificar a similaridade nos votos. Ao realizar este objetivo específico foi possível confirmar a centralidade (*degreebetweenness*), utilizando os conceitos de dependência e equilíbrio de Pfeffer (2003), o poder aparece como acesso à informação, recursos financeiros recebidos e dependência dos financeiros.

A centralizar ligações na rede mapeada, o ator ou atores ao centro da Rede possuem a capacidade de influenciar outros, pois eles possuem mais acesso a recursos na campanha, bem como fazem parte da mesma bancada, Pfeffer (2003) fala da ambivalência no conceito de poder, e que as vezes é prejudicial ao funcionamento organizacional, identificar a base do poder na organização é necessário para que ele não seja prejudicial a organização.

Para a abordagem funcionalista, segundo Morgan (1996) o poder é meio de solução de conflitos de interesses não resolvidos, o desequilíbrio e assimetria nas relações encontradas nesta pesquisa se resolvem com a subjugação característica do poder.

Após a conclusão dos três primeiros objetivos, foi possível a realização do quarto e último objetivo “Analisar as características dos atores e dos laços existentes entre os candidatos e seus financiadores e sua relação com o segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU”, analisar a centralidade, dependência, poder nas relações e, por fim, a sua relação com os objetivos do Desenvolvimento sustentável, visto que a proposta do Projeto de Lei visa o aumento da produção de Alimentos com o objetivo de erradicar a fome, no entanto esta última característica não foi encontrada no processo legislativo, a menção a sustentabilidade ou insustentabilidade do PLFF.

Ao analisar as características para identificar a distância entre os atores na Rede que também possibilitou identificar a posição dos financiadores que margeiam a rede e influencia a sua centralidade, os deputados por sua vez, ao angariarem financiadores e participarem da bancada Ruralista desenvolvem o papel central com recursos e informações, beneficia os demais atores que votaram em similaridade, ou seja, votaram a favor da aprovação do PLFF.

A rede apresentada nesta pesquisa apresenta de forma clara o poder econômico aliado a participação na Bancada Ruralista, que se encaixa no conceito de panelinha, define a agenda legislativa e a matéria aprovada, beneficia os financiadores, que são em sua maioria ligados ao agronegócio e pecuária. Identificar os deputados e ligá-los a atividade econômica dos maiores financiadores por meio da matéria, projetos e bancada que eles, os deputados, se posicionam, possibilitaram a Rede, a distância geodésica aplicada para identificar o ator principal na rede, este é o resultado mais importante.

Considerando o exposto a presente pesquisa contribui com a teoria, pois esta auxilia na compreensão das organizações, que deveriam se voltar para os objetivos do desenvolvimento sustentável, como visto, os objetivos são diversos, mas não voltados a sustentabilidade, o que gera a insustentabilidade. Sachs (2002 e 2008) propõe como alcance da sustentabilidade a atribuição política a seu valor, as conexões percebidas entre os atores que aprovaram o PLFF e seus financiadores é forte, com reciprocidade, é preciso que o mesmo ocorra na oposição para gerar equilíbrio.

O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar a Rede e seus laços entre os deputados e seus financiadores, o principal achado desta pesquisa é evidenciar estes laços, a alertar quanto a fragilidade da sustentabilidade ambiental evidenciada na Flexibilização dos Fitossanitários, o problema da fome, requer um estudo de logística e distribuição de renda, e não de produção de alimentos, ao menos no território brasileiro. São necessárias práticas sustentáveis voltadas para agricultura familiar.

Para os estudos futuros, recomenda-se responder se a fome está atrelada a quantidade de alimentos produzidos ou distribuição de renda? Qual destes dois fatores é capaz de acabar com a fome, a produção de alimentos ou distribuição de riquezas? Qual o papel das agências reguladoras, e quem as dirige, possui consciência ambiental?

As pesquisas futuras podem se voltar também para a preocupação da agenda legislativa com o meio ambiente, há outros projetos a nível estadual com a concessão de incentivo fiscal aos fabricantes para facilitar a venda dos fitossanitários, e isto também é uma forma de flexibilizar, também gera a insustentabilidade.

Conclui-se que a estratégia de seguir o dinheiro que financia os deputados, permite identificar os financiadores e suas atividades econômicas, que mesmo sendo de

pessoas físicas, estes possuem o dever de declarar qual a fonte da renda doada, estas doações definem não somente a agenda legislativa.

A bancada Ruralista reúne a frente parlamentar com 257 deputados, quase metade da casa, e juntos são donos de 189 mil hectares, concentrados em grande parte na Amazônia Legal (Heinrich BollStiftung- 2020²). Outra instituição que também atua no setor, é o Instituto Pensar Agro – IPA reúne as grandes do mercado como Bayer, Basf, BRF, JBS, Syngenta e Cargil, e as verbas do IPA são direcionadas aos parlamentares pertencentes a FPA, no entanto, não fazem parte de prestação de conta de campanha eleitoral, e quando fazem não são aprovadas, por dificuldade na apresentação dos gastos em campanha. A IPA movimenta e articulam 38 associações que pagam em média vinte mil reais por mês cada uma, isso faz da bancada ruralista que recebe verba da IPA por meio da FPA a mais forte bancada da Câmara dos Deputados.

Identificar o poder econômico que os doadores exercem sobre os deputados por meio de doações diretas, ao partido, por meio da FPA, demonstra de um lado a força da bancada ruralista em aprovar um projeto com tantos apensados e que aumenta o número de fitossanitários produzidos e importados e também aumenta o número de vezes em que estes fitossanitários são ministrados nos alimentos, na há relação do texto da lei com nenhum dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU para daqui dez anos, não há segurança alimentar, não haverá erradicação da fome se o primeiro passo é a aprovação do PLFF.

Os laços existentes são fortes, possuem reciprocidade entre o doador e o deputado financiado, estes laços demonstram a fragilidade da oposição, a dificuldade em unir recursos e esforços para vetar e aprovar projetos de Lei voltados para a sustentabilidade, não há na rede dos deputados que votaram contra o PLFF doações maiores que cem mil reais, enquanto que o recorte aplicado para viabilizar a criação do grafo da pesquisa, exigiu o recorte financeiro de duzentos mil reais.

Erradicar a fome seguindo as orientações da ONU para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU exigem que as perguntas se voltem para a distribuição de riqueza, diminuir desigualdades, a produção de alimentos seguindo os ditames da Segurança Alimentar são necessárias e essenciais, mas não suficientes para erradicar fome, este objetivo é mais de cunho econômico à troca de tecnologias e aumento

²<https://www.boell.de/de>, acesso em 01/12/2020

da produção de alimentos por meio de maior número de fitossanotários ministrados na produção.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Teses sobre a sociologia da arte**. S. Paulo: Ática, 1986.
- AFONSO, Arthur C.; Luis Antonio S.; FURONI, Luiz Carlos. **Fontes de Recursos para o crédito Rural**. Trabalho apresentado no Convênio UNB/BACEN, Brasília, 1993.
- AFONSO, Arthur C.; PERTES, Luis Antonio S.; FURONI, Luiz Carlos. **Fontes de Recursos para o crédito Rural**. Trabalho apresentado no Convênio UNB/BACEN, Brasília, 1993.
- ALEJANDRO, V. A.; NORMAN, A. G. **Manual introdutório à análise de redes sociais**. UAEM–Universidad Autonoma Del Estado de Mexico, 2005.
- ALMEIDA, Mirella Dias et al. A flexibilização da legislação brasileira de agrotóxicos e os riscos à saúde humana: análise do Projeto de Lei nº 3.200/2015. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00181016, 2017.
- ALMEIDA, Acir. **Processo legislativo: mudanças recentes e desafios**. 2015.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**, 2000.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A produção legislativa do Congresso: entre a Paróquia e a nação. *In*: VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- AN, W. Models and Methods to Identify Peer Effects. *In*: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. **The SAGE Handbook of Social Network Analysis**, Los Angeles: SAGE, p. 514-532, 2011.
- ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 1033-1054, 2003.
- ANDRADE, Juliana Cunha de et al. Percepção do consumidor frente aos riscos associados aos alimentos, sua segurança e rastreabilidade. **Brazilian Journal of Food Technology**, v. 16, n. 3, p. 184-191, 2013.
- ARBOS, Kettelin Aparecida et al. Segurança alimentar de hortaliças orgânicas: aspectos sanitários e nutricionais. **Food Science and Technology**, v. 30, p. 215-220, 2010.
- ASSIS, Andiará P. de et al. New voltammetry-based technique for the determination of tebutiuron in crystal and brown sugar samples. **Journal of the Brazilian Chemical Society**, v. 25, n. 1, p. 27-35, 2014.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. **Processo legislativo e orçamento público: a função de controle do parlamento**. 2012. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge Renato; JUNIOR, Edgar Reyes. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 458-477, 2010.

BARAKAT, Simone Ruchdi. **Capacidades organizacionais e a sinergia na criação de valor para stakeholders**. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDINO, Raphaela Amaoka. **Redes e Relações de Poder como influências no acesso a recursos das organizações sem fins lucrativos de Londrina - PR**. 2018, 160 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

BERRY, David M. The Poverty of Networks: The Wealth of Networks. **Theory, Culture & Society**, v. 25, n. 7-8, p. 364-372, 2008.

BORGATTI, S. P.; HALGIN, D. S. On Network Theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1168-1181, 2011.

BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G.; FREEMAN, Linton C. Ucinet. **Encyclopedia of social network analysis and mining**, p. 2261-2267, 2014.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy**. Indianapolis, 1967

BURRELL, G.; MORGAN, G. Functionalist sociology. *In*: BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Hants: Ashgate, 1979, p. 41-120.

CAPARROZ, Roberto. **Direito Internacional Público**, 2012.

CARNEIRO, F. F.; TAMBELLINI, A. T.; SILVA, J. A. da; HADDAD, J. P. A.; BÚRIGO, A. C.; SÁ, W. R. de; VIANA, F. C.; BERTOLINI, V. A. Health of families from the Landless Workers' Movement and temporary rural workers, Brazil, 2005. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, p. 757-763, 2008.

CARNEIRO, F. F.; HOEFEL, M. da G.; SILVA, M. A. M.; NEPOMUCENO, A. R.; VILELA, C.; AMARAL F. R.; CARVALHO, G. P. M.; BATISTA, J. L.; LOPES, P. A. Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e de contextos de promoção da saúde ambiental na comunidade rural do Lamarão, Distrito Federal, 2011. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 125, p. 143-148, 2012.

CARRINGTON, P. J.; SCOTT, J. Introduction. In: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. **The SAGE Handbook of Social Network Analysis**, Los Angeles: SAGE, p. 1-8, 2011.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: a sociedade em rede. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, v. 2, 1999.

CASTILLA, Emilio J. et al. Social Networks in Silicon Valley. In: LEE, Chong-Moon; MILLER, William F.; HANCOCK, Marguerite Gong; ROWEN, Henry S. **The Silicon Valley Edge: A Habitat for Innovation and Entrepreneurship**, p. 218-247, 2000.

CAVALCANTI, C. (Coord.) **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 1998. p. 262. Acesso em 20 out. 2020: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. In: CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo, 2011. p. 144-144.

CHILD, J. W.; MARCOUX, A. M. Freeman and Evan: Stakeholder theory in the original position. **Business Ethics Quarterly**, v. 9, n. 2, p. 207-223, 1999.

CINTRA, R. F. **Stakeholders e Setor Turístico Brasileiro: uma investigação na cidade de Londrina-PR**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

CONTE, Pedro Paulo de Souza. **Estrutura de rede e objetivos de sustentabilidade: estudo em organizações sem fins lucrativos de Londrina-PR**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, 2017.

COOLEY, C. H. **Humannatureandthe social order**. Glencoe, III: Free Press, 1956.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2010.

DA ROCHA FRANCO, C.; PELAEZ, V. A (des)construção da agenda política de controle dos agrotóxicos no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 215-230, 2016.

DA ROCHA FRANCO, CAROLINE; PELAEZ, Victor. A (des) construção da agenda política de controle dos agrotóxicos no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, 2016.

DA SILVA, Bruno Fernando; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, 2017.

DE KLUYVER, Cornelis de A.; PEARCE, John A. **Estratégia: uma visão executiva**. Pearson Prentice Hall, 2008.

DONALDSON, Thomas. The stakeholder revolution and the Clarkson principles. **Business Ethics Quarterly**, p. 107-111, 2002.

DONALDSON, Thomas; PRESTON, Lee E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

DOS DEPUTADOS, Câmara. Regimento interno da Câmara dos Deputados. **Brasília: Gráfica do Senado**, 1994.

EBERS, M. **The formation of interorganizational networks**. Oxford, New York: Oxford University Press, 1997.

ELL, Erica et al. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. **Revista de saúde pública**, v. 46, p. 218-225, 2012.

EVERETT, M.; BORGATTI, S. P. Extending Centrality. In: CARRINGTON, P. J.; SCOTT, J.; WASSERMAN, S. (Eds.). **Models and Methods in Social Network Analysis**. Cambridge University Press, 2005, p. 57-76.

FAGUNDES BRANDÃO, Jammilly Mikaela; TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. “A união faz a força”: análise do processo de aprendizagem interorganizacional em uma rede paraibana de hotéis. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 2, p. 25-45, 2018.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma: FAO. 1996.

FAO. **Methodology for the Measurement of Food Deprivation**. FAO: Roma. 2003.

FERNANDES NETO, Maria de Lourdes; SARCINELLI, Paula de Novaes. Agrotóxicos em água para consumo humano: uma abordagem de avaliação de risco e contribuição o

processo de atualização da legislação brasileira. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 14, n. 1, p. 69-78, 2009.

FERREIRA, Verona Borges et al. Estimativa de ingestão de agrotóxicos organofosforados pelo consumo de frutas e hortaliças. **CadernosSaúdeColetiva**, v. 26, n. 2, p. 216-221, 2018.

FRAZER, James G. **Folklore in the Old Testament (Vol. 2)**. London: Macmillan, 1919.

FREEMAN, Linton C. Some antecedents of social network analysis. **Connections**, v. 19, n. 1, p. 39-42, 1996.

FREEMAN, R. E.; EVAN, W. M. Corporate governance: A stakeholder interpretation. **Journal of Behavioral Economics**, v. 19, n. 4, p. 337- 359, 1990.

FREEMAN, R. Edward et al. **Stakeholder theory: The state of the art**. Cambridge University Press, 2010.

FREEMAN, R. Edward. The stakeholder approach revisited. **Zeitschriftfürwirtschafts- und unternehmensethik**, v. 5, n. 3, p. 228-254, 2004.

FREEMAN, Richard B.; MEDOFF, James L. What do unions do. **Indus. & Lab. Rel. Rev.**, v. 38, p. 244, 1984.

FUCHS, Christian. Don Tapscott & Anthony D. Williams: Wikinomics: How Mass Collaboration Changes Everything. **InternationalJournalof Communication**, v. 2, p. 11, 2008.

GARCIA GARCIA, Eduardo; BUSSACOS, Marco Antonio; FISCHER, Frida Marina. Impacto da legislação no registro de agrotóxicos de maior toxicidade no Brasil. **Revista de saúde Publica**, v. 39, p. 832-839, 2005.

GARCIA, Eduardo Garcia; BUSSACOS, Marco Antonio; FISCHER, Frida Marina. Impacto da legislação no registro de agrotóxicos de maior toxicidade no Brasil. **Revista de saúde Publica**, v. 39, n. 5, p. 832-839, 2005.

GIGLIO, Ernesto Michelangelo; RIMOLI, Celso Augusto; DOS SANTOS SILVA, Ralph. Reflexões sobre os fatores relevantes no nascimento e no crescimento de redes de negócios na agropecuária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 10, n. 2, p. 279-292, 2011.

GIGLIO, Ernesto; PUGLIESE, Rosa Lucia; SILVA, Roseli Martins. Análise dos conceitos de poder nos artigos brasileiros sobre redes. **Revista de Administração**, v. 10, n. 3, p. 51-69, 2012.

GIMENO, Javier. Competition within and between networks: The contingent effect of competitive embeddedness on alliance formation. **Academy of Management Journal**, v. 47, n. 6, p. 820-842, 2004.

GLAVIČ, P.; LUKMAN, R. Review of sustainability terms and their definitions. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, n. 18, p. 1875–1885, 2007.

GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOODPASTER, Kenneth E. Business ethics and stakeholder analysis. **Business ethics quarterly**, p. 53-73, 1991.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: a network theory revisited. In: COLLINS, R. (Ed.). **Sociological Theory**. Jossey-Bass: San Francisco, Califórnia, p. 2001-2233, 1983.

GRANOVETTER, Mark. The social construction of corruption. **On Capitalism**, v. 15, 2007.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-Eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007. Acesso em 4 nov. 2009. <<http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/peraeletronica/SP000460366.pdf>>.

GRANT, Robert M.; BADEN-FULLER, Charles. A knowledge-based theory of inter-firm collaboration. **Academy of Management Proceedings**, p. 17-21, 1995.

GRUSHINA, Svetlana V. Collaboration by design: Stakeholder engagement in GRI sustainability reporting guidelines. **Organization & Environment**, v. 30, n. 4, p. 366-385, 2017.

HABERMAS, J. Esclarecimentos sobre o conceito de ação comunicativa. In: BRITO, N. C. de B. **Obras Escolhidas: Fundamentação Linguística da Sociologia**. Lisboa: Edições 70, p. 137-169, 2010.

HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to Social Network Methods**. Califórnia: University of California, 2005.

HARDY, Cynthia; PHILLIPS, Nelson; LAWRENCE, Thomas B. Resources, knowledge and influence: The organizational effects of interorganizational collaboration. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 2, p. 321-347, 2003.

HEILER, Jeison Giovani; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; DOS SANTOS, Rodrigo Dolandeli. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 56-92, 2016.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

KADUSHIN, Charles. **Understanding social networks: Theories, concepts, and findings**. OupUsa, 2012.

KATZ, D., & KAHN, R. **The social psychology of organizations**. New York: Wiley, 1966.

KLAFKE, Guilherme Forma; PRETZEL, Bruna Romano. Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: aprofundando o diagnóstico das onze ilhas. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, 2014.

KREHBIEL, Keith. "Spatial modes of legislative choice". **Legislative Studies Quarterly**, v. 13, p. 259-319, 1988.

LEVESQUE, Vanessa R. et al. Turning contention into collaboration: engaging power, trust, and learning in collaborative networks. **Society & Natural Resources**, v. 30, n. 2, p. 245-260, 2017.

LÉVI-STRAUSS, C. **The elementary structures of kinship**. Boston: Beacon Press, 1969.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em debate**, v. 42, p. 518-534, 2018.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 5, p. 1007-1035, 2009.

LYRA, Mariana Galvão; GOMES, Ricardo Corrêa; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. **RAC**, v. 13, art. 3, p. 39-52, 2009.

MACMILLAN, Ian C. **Strategy formulation**: Political concepts. 1978.

MARIN, A.; WELLMAN, B. Social Network Analysis: An Introduction. In: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. **The SAGE Handbook of Social Network Analysis**, Los Angeles: SAGE, p. 11-25, 2011.

MALINOWSKI, B. **Argonauts of the Western Pacific**. New York: Dutton, 1922.

MARTES, A. C. B.; BULGACOV, S.; NASCIMENTO, M. R. do; GONÇALVES, S. A.; AUGUSTO, P. M. Fórum – Redes sociais e interorganizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 10-15, 2006.

MCCHESENEY, F. **Money for nothing**: politicians, rent extraction, and political extortion. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MILES, S. Stakeholder theory classification: A theoretical and empirical evaluation of definitions. **Journal of Business Ethics**, v. 142, n. 3, p. 437-459, 2017.

MILES, S. Stakeholder theory classification: A theoretical and empirical evaluation of definitions. **Journal of Business Ethics**, v. 142, n. 3, p. 437-459, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. São Paulo: Editora Hucitec/ABRASCO, 1998.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Direito à alimentação**. Acesso em jan. 2020: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/direito-a-alimentacao-1>>.

MINTZBERG, Henry. Managerial work: Analysis from observation. **Management science**, v. 18, n. 2, p. B-97-B-110, 1971.

MITCHELL, J. **Social Network in Urban Situations**: Analysis of Personal Relationships in Central African Towns. Manchester University Press, 1969.

MITCHELL, Ronald K.; AGLE, Bradley R.; WOOD, Donna J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MIZRUCHI, Mark S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 72-86, 2006.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MUNCK, Luciano; BORIM-DE-SOUZA, Rafael. Estudos Organizacionais: Uma Relação entre Paradigmas, Metanarrativas, Pontos de Interseção e Segmentações Teóricas. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 95-112, abr. /jun, 2010.

NASCIMENTO, S. G. S; BECKER, C.; SILVA, F. N. da; CALDAS, N. V.; ÁVILA, M. R. de. Produção agroecológica e Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil). **Revista de Ciências Agrárias**, v. 42, n. 1, p. 291-300, 2019.

NICOLAU, Jairo. **Disciplina partidária e base parlamentar na câmara dos deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)**. Red Dados, 2000.

NOHRIA, N. Introduction: is a network perspective a useful way for studying organizations? In: _____; ECCLES, R. G. (Eds.). *Networks and organizations: structure, form, and action*. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Quando a corte se divide: coalizões majoritárias mínimas no Supremo Tribunal Federal. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 3, p. 1863-1908, 2017.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, S. V. W. B. de; LEONETI, A.; CEZARINO, O. **Sustentabilidade: princípios e estratégias**. Editora Manole, 2019. Acesso em 03 dez 2020: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520462447/>>.

OLIVER, Amalya L.; EBERS, Mark. Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. **Organizationstudies**, v. 19, n. 4, p. 549-583, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Acesso em 29 out de 2019: <<http://www.un.org.br/es/development>>

PACAGNAN, Mario Nei. Alianças estratégicas e redes colaborativas como alternativa competitiva para o pequeno varejista: um estudo comparado. **REGE Revista de Gestão**, v. 13, n. spe, p. 19-30, 2006.

PACHECO, Luciana Botelho. **Questões sobre processo legislativo e regimento interno**. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação, 1998.

PARK, R. E. The concept of social distance. **Journal of Applied Sociology**, n. 8, p. 339-344, 1924.

PARTRIDGE, E. **Social Sustainability**: challenges for the development industry. Sydney: Institute for sustainable futures/University of Technology, 2005.

PASCHOAL, Adilson Dias. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental**: problemas e soluções. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

PASSY, S. I. Environmental randomness underlies morphological complexity of colonial diatoms. **Functional Ecology**, v. 16, p. 690-695, 2002.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Processo legislativo**. Impetus, 2005.

PELTZMAN, S. Constituent interest and congressional voting. **Journal of Law and Economics**, vol. 27, p. 181-210, 1984.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. **The external control of organizations**: A resource dependence perspective. California: Stanford Business Classics, 2003.

PINCUS, J. J. Pressure groups and the pattern of tariffs. **Journal of Political Economy**, vol. 83, p. 757-777, 1975.

PIOVESAN, Flavia. A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. **Temas de direitos humanos**, v. 2, p. 44-56, 2008.

PORTO, Marcelo Firpo; SOARES, Wagner Lopes. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde ocupacional**, v. 37, n. 125, p. 17-31, 2012.

POSNER, R. The social cost of monopoly and regulation. **Journal of Political Economy**, vol. 83, p. 807-27, 1975.

POWELL, Walter. W.; SMITH-DOER, Laurel. Networks and economic life. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Ed.). **The handbook of economic sociology**. New York: Princeton University Press, 2010, p. 379-402.

PRATES, A. A. P. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 5, p. 1117-1146, 2009.

PUFFAL, Daniel Pedro; PUFFAL, Clair Wingert. A evolução do campo de estudos de redes interorganizacionais: uma análise de publicações internacionais das relações entre

empresas. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação (Brazilian Journal of Management & Innovation)**, v. 1, n. 3, p. 63-86, 2014.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Ed. Vozes, 1973.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

RICCI, Paolo; LEMOS, Leany Barreiro. Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 107-130, 2006.

ROLOFF, J. A lifecycle model of multi-stakeholder networks. **Business Ethics: A European Review**, v. 17, n. 3, p. 311-325, 2008.

ROWLEY, T. J. Moving beyond dyadic ties: A network theory of stakeholder influences. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 887-910, 1997.

RUMIATO, Anne C.; MONTEIRO, Inês. Contaminantes em alimentos e orientação nutricional: reflexão teórica. **Revista de Salud Pública**, v. 19, p. 574-577, 2017.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 33-59, 2015.

SARTURI, Greici et al. Relação entre Saliência de Stakeholders e Desempenho Financeiro. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 2, p. 214-230, 2018.

SAVAGE, Grant T. et al. Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. **Academy of management perspectives**, v. 5, n. 2, p. 61-75, 1991.

SCOTT, J. **Social Network Analysis: a handbook**. Londres: Sage Publications Ltd, 2001.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2014. 9788522114085. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114085/>. Acesso em: 03 Dec 2020

SEDIYAMA, Maria Aparecida Nogueira; SANTOS, Izabel Cristina dos; LIMA, Paulo César de. Cultivo de hortaliças no sistema orgânico. **Revista Ceres**, v. 61, p. 829-837, 2014.

SIMMEL, G. **The sociology of Georg Simmel** (K. Wolff, trans.). Glencoe, III: Free Press, 1950.

SKVORETZ, J.; AGNESSENS, F. Reciprocity, Mutiplexity, and Exchange: Measures. **Quality&Quantity**, n. 41, p. 341-357, 2007.

SOARES, Alexandra Fátima Saraiva et al. Occurrence of pesticides from coffee crops in surface water. **Revista Ambiente & Água**, v. 8, n. 1, p. 62-72, 2013.

SPROESSER, AndyaraKlopstock; BARROS, Sérgio Resende de. **Comissão parlamentar de inquérito - cpi no ordenamento jurídico brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STIGLER, G. The theory of economic regulation. **Bell Journal of Economics and Management Science**, vol. 2, p. 3-21, 1971.

STOCKER, Fabrício et al. Teoría de redes de influencia de" stakeholders": un enfoque revisado. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, n. spe, p. 673-688, 2019.

STOPPELLI, IlonaMaria de Brito Sá; MAGALHÃES, Cláudio Picanço. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 91-100, 2005.

STOPPELLI, IlonaMaria de Brito Sá; MAGALHÃES, Cláudio Picanço. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência&SaúdeColetiva**, v. 10, p. 91-100, 2005.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. Wikinomics. **Como a Colaboração em Massa pode Mudar o seu Negócio**. Singular Digital, 2007.

TESCH, E. **Qualitative Research**: analisys types and software tools. New York: Falmer Press, 1990

TICHY, Noel M.; TUSHMAN, Michael L.; FOMBRUN, Charles. Social network analysis for organizations. **Academy of management review**, v. 4, n. 4, p. 507-519, 1979.

TREVISAN, M. J.; BAPTISTA, G. C.; TREVIZAN, L. R. P.; PAPA, G. Residues of carbosulfan and its carbofuran metabolites and 3-hydroxy-carbofuran in oranges. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 26, n. 2, p. 230-233, 2004.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/contas-partidarias>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

VASCONCELLOS, Ana Beatriz Pinto de Almeida. **Os caminhos da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um estudo sobre a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar 2004-2014**. 2017. 169 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VEIGA, Marcelo Motta et al. A contaminação por agrotóxicos e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 32, n. 116, p. 57-68, 2007.

VIVEROS, Hector. Managerial perceptions of stakeholder salience in mining. **The Extractive Industries and Society**, v. 3, n. 4, p. 987-996, 2016.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis: Methods and Applications**. Cambridge University Press, 1995.

WCED (World Commission on Environment and Development). **Our Common Future**. Oslo: WCED, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi, 2. ed. 2001.

ZHANG, M. Social Network Analysis: History, Concepts and Research. In: FURHT, B. (ed.). **Handbook of Social Network Technologies and Applications**. Springer Science & Business Media, 2010.

ANEXOS

Anexo 1 – Descrição dos Projetos de Lei

- **PL 6299/2002** - Senador Blairo Maggi - Dispõe que o registro prévio do agrotóxico será o do princípio ativo; dá competência à União para legislar sobre destruição de embalagem do defensivo agrícola. **Apensos:**

- PL 713/1999 - Proíbe o uso de agrotóxico que tenha como componente o ácido 2, 4 - diclorofenoxiacético (2,4 - D).

- PL 7564/2006 - Dispõe sobre a proibição do uso de herbicidas que contenham em sua fórmula o ingrediente Ativo Ácido 2,4 Diclorofenoxiacético (2,4-D) em todo o Território Nacional. Substância química cancerígena.

- **PL 4412/2012** - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para banir os agrotóxicos e componentes que especifica, e dá outras providências. Produtos que tenham como ingrediente ativo: abamectina, acefato, benomil, carbofurano, cihexatina, endossulfam, forato, fosmete, heptacloro, lactofem, lindano, metamidofós, monocrotofos, paraquate, parationa metálica, pentaclorofenol, tiram, triclofom, e qualquer substância compreendida no grupo químico dos organoclorados. Prazo de avaliação de agrotóxicos que tenham glifosato. **Apensos a este:**

- PL 2129/2015 - Altera o texto da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para proibir o registro de agrotóxicos contendo glifosato.

- PL 4228/2019 - Dispõe sobre o cancelamento do registro de produtos agrotóxicos com o ingrediente ativo glifosato.

- PL 4221/2019 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para proibir o registro de agrotóxico com o ingrediente ativo sulfluramida.

- SBT 1 CCJC => PL 4412/2012 - Altera a redação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para incluir artigo dispondo sobre proibição do uso de produtos químicos que menciona e dar outras providências.

- SBT 2 CCJC => PL 4412/2012 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que "dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências"

- PL 5218/2016: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para proibir o registro de agrotóxicos que contenham clotianidina, tiametoxam ou imidacloprido em sua composição.

- PL 3745/2019 - Dispõe sobre a proibição do uso de agrotóxicos com os ingredientes ativos clotianidina, tiametoxam, imidacloprido, acetamiprido, tiacloprido.

- PL 2495/2000 - Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre o registro de produtos fitossanitários genéricos, e dá outras providências. Define o produto fitossanitário genérico como sendo o agrotóxico que comprove não conter substância contaminante prejudicial à saúde ou ao meio ambiente. Apensos a este:

- PL 3125/2000: Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção de agrotóxicos e afins, e dá outras providências. Define produto similar, princípio ativo, produto novo e exclui a expressão "componentes" do texto da lei; estabelece que o processo de registro será feito no Ministério responsável pelo setor do respectivo produto agrotóxico.

- PL 5884/2005 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Definindo o produto equivalente na composição de agrotóxicos, estabelecendo o registro especial temporário com prazo de vigência de cento e oitenta dias.

- PL 6189/2005 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Estabelecendo procedimentos para simplificação do processo de registro de agrotóxico equivalente ou genérico; suspendendo a exigência do Registro Especial Temporário.

- PL 4933/2016 - Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para acelerar o prazo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo único órgão federal - Ministério da Agricultura.

- PL 3649/2015 - Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para introduzir conceitos relativos a produto novo, produto equivalente e

avaliação de risco, e estabelecer procedimentos relativos à avaliação de risco, classificação e registro de produtos

- PL 5852/2001 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, estabelecendo a denominação genérica comum para os produtos que disciplina.

- PL 4624/2019 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os agentes biológicos de controle fitossanitário ou biodefensivos.

- PL 1567/2011 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o agrotóxico genérico. Apensados a este:

- PL 4166/2012 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os defensivos agrícolas genéricos e dá outras providências.

- PL 1779/2011 - Acrescenta art. 3º - A à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências”, para dispor sobre o prazo para início da produção e comercialização de agrotóxico após a emissão do registro.

- PL 3063/2011 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para criar novos requisitos para o registro de agrotóxicos.

- PL 958/2015 - Altera a Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989, para disciplinar o receituário agrônomo.

- PL 1687/2015 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade. Apensados a este:

- PL 49/2015 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana.

- PL 371/2015 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana.

- PL 461/2015 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde humana causados pelos pesticidas.

- PL 5131/2016 - Cria a política de incentivo à produção de alimentos livres de agrotóxicos e funcionais. Apensados a este:

- PL 10552/2018 - Incentiva a agricultura orgânica, obriga a merenda escolar a ser constituída por produtos orgânicos no que couber, proíbe o uso de agrotóxicos ou pesticidas que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências.

- PL 6042/2016 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para atualizar as penalidades aplicáveis aos casos de infração às disposições legais. Apensados a este:

- PL 2614/2019 - Dispõe sobre a responsabilidade civil do comerciante, fabricante, produtor, nacional ou estrangeiro, e importador de produtos agrotóxicos por danos causados a trabalhadores, agricultores, transportadores, consumidores ou pessoas que comprovadamente hajam entrado em contato com o produto por inalação, manipulação, ingestão ou qualquer outra forma.

- PL 7710/2017 - Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal", para tornar passível de desapropriação a propriedade rural que utilizar defensivos agrícolas proibidos no Brasil.

- PL 8026/2017

- PL 8026/2017

- PL 8892/2017 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os critérios para o reconhecimento de limites máximos de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais in natura.

- PL 9271/2017 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências) para majorar penas de crimes de falsificação de agrotóxicos e outras condutas correlatas. (PL Combate Falsificação Agrotóxicos).

- PL 2546/2019 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o cancelamento do registro de produtos agrotóxicos e afins banidos em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE

- PL 3930/2019 - Estabelece as normas para propaganda de agrotóxicos e informações sobre sua presença em produtos alimentícios.